

Índice

2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	1
2.2 Resultados operacional e financeiro	14
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	20
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	21
2.5 Medições não contábeis	23
2.6 Eventos subsequentes as DFs	30
2.7 Destinação de resultados	31
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	32
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	33
2.10 Planos de negócios	34
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	37
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	39
5.2 Descrição dos controles internos	47
5.3 Programa de integridade	52
5.4 Alterações significativas	57
5.5 Outras informações relevantes	58

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### *Introdução*

As informações financeiras contidas neste item 2 devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas, auditadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e suas respectivas notas explicativas. As informações neste item 2, exceto quando indicado de forma diferente, são expressas em moeda corrente nacional (em milhares de Reais).

As demonstrações financeiras consolidadas, auditadas, relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (“IASB”).

Os comentários dos diretores da Companhia visam fornecer aos investidores informações que os ajudarão a comparar as demonstrações financeiras para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, em comparação aos exercícios sociais anteriores, bem como compreender as mudanças nas principais linhas dessas demonstrações financeiras entre os períodos analisados e os principais fatores que explicam essas variações.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às demonstrações financeiras consolidadas da Companhia, ressalvado o disposto no item 2.11.

Ressalta-se, ainda, que a Companhia foi constituída em 26 de janeiro de 2021 e, por esse motivo, as informações financeiras da Companhia apresentadas nesta Seção 2 anteriores à sua data de constituição são relativas exclusivamente ao Banco Inter S.A. e suas subsidiárias.

- **condições financeiras e patrimoniais gerais**

#### ***Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 comparado ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022***

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado líquido foi um lucro de R\$352,3 milhões, representando um aumento de R\$ 366,4 milhões quando comparado com ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. O crescimento do resultado líquido se deve, principalmente, ao resultado líquido de juros e ao resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos.

O resultado líquido de juros e o resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos aumentaram 37,4% para R\$3.208,0 milhões em 2023, em comparação com R\$2.335,4 milhões em 2022, principalmente devido aos seguintes fatores:

- **Receita de juros:** A receita de juros aumentou 62,3% para R\$4.549,8 milhões em 2023, em comparação com R\$2.802,7 milhões em 2022, principalmente devido ao crescimento de nossas carteiras de cartão de crédito e crédito pessoal, que aumentaram em 37,7% e 30,3%, respectivamente, comparando as carteiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
- **Despesa de juros:** A despesa de juros aumentou 46,4% para R\$2.887,6 milhões em 2023, em comparação com R\$1.972,9 milhões em 2022, principalmente devido ao aumento do saldo de depósitos a prazo, impulsionado pelo crescimento do número de clientes. Os depósitos a prazo aumentaram para R\$28.158,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, em comparação com R\$10.517,0 milhões em 31 de dezembro de 2022.
- **Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos:** O resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos aumentou 2,7% para R\$1.545,8 milhões em 2023, em comparação com R\$1.505,6 milhões em 2022, principalmente devido ao aumento da quantidade dos títulos públicos que possuímos, refletindo as taxas de juros aos quais estão indexados. Isso foi parcialmente compensado por nossas perdas relacionadas a instrumentos derivativos que adquirimos para mitigar riscos relacionados às nossas exposições cambiais e ao descompasso entre as taxas de juros nas posições de ativos e taxas de financiamento.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### Empréstimos e adiantamentos a clientes

Empréstimos e adiantamento a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas, totalizaram R\$27,9 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 30% em comparação com 31 de dezembro de 2022. Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras totalizaram R\$1,2 bilhão em 31 de dezembro de 2023, representando uma diminuição de 33% em comparação com 31 de dezembro de 2022. A carteira de crédito bruta, calculada como a soma dos empréstimos e e adiantamento a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas, e empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras, foi de R\$31,0 bilhões em 31 de dezembro de 2023, representando um aumento de 26% em comparação com 31 de dezembro de 2022.

A carteira de crédito imobiliário totalizou R\$ 8.583,6 milhões, o que representou um crescimento de 37% comparado a 31 de dezembro de 2022, quando perfazia o montante de R\$6.251,8 milhões. Já a carteira de crédito pessoal, que totalizou o montante de R\$ 7.138,7 milhões em 31 de dezembro de 2023, apresentou um crescimento de 31% na comparação com 31 de dezembro de 2022. A carteira de crédito empresas, sem garantia imobiliária, apresentou crescimento de 14% em relação a 31 de dezembro de 2022, totalizando R\$ 3.855,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, a carteira de cartão de crédito obteve um crescimento de 38%, totalizando R\$ 9.461,3 milhões. Em 31 de dezembro de 2023, a carteira de crédito rural obteve um crescimento de 4%, totalizando R\$ 745,0 milhões.

### Passivos com instituições financeiras, com clientes e títulos emitidos

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de Passivos com Clientes somou R\$32.651,6 mil, saldo este 38% superior ao montante de R\$ 23.642,8 mil registrados em 31 de dezembro de 2022. Esta evolução é explicada, principalmente, pela superação da marca de 30,4 milhões de clientes em 31 de dezembro de 2023, como consequência o aumento significativo dos saldos dos depósitos a prazo, dos depósitos de poupança e CDBs, em relação a 31 de dezembro de 2022.

Os depósitos a prazo (CDB), Poupança e Títulos Emitidos (Letras de Crédito Imobiliário (LCI), Letras Financeiras (LF) e Letras Garantidas Imobiliárias (LIG)) totalizaram R\$ 28.158,5 em 31 de dezembro de 2023.

### Destaques Econômico-Financeiros

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, o resultado líquido foi um lucro de R\$352,3 milhões, representando um aumento de R\$ 366,4 milhões quando comparado com ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

Já o Retorno sobre o Patrimônio Líquido Médio (ROAE) que se refere ao Prejuízo líquido anualizado dividido pelo Patrimônio Líquido Médio do período, foi de 4,8% em 31 de dezembro de 2023, comparado com -0,2% apurado em 31 de dezembro de 2022. O aumento no resultado líquido do exercício e no ROAE foram observados, principalmente, em razão do aumento das receitas de crédito e de serviços.

As receitas líquidas atingiram R\$ 4.752,6 milhões, registrando um aumento de R\$ 1.189,9 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022. As despesas administrativas e de pessoal incorridas no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, somaram R\$ 2.252,1 milhões, um acréscimo de R\$ 24 milhões em relação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022.

### Destaques Operacionais

#### *Clientes*

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023, o Inter atingiu 30,4 milhões de clientes, número 23% maior que aquele em 31 de dezembro de 2022. Houve também o crescimento no número de clientes ativos, que atingiu aproximadamente 16,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, representando uma evolução de 30% frente ao ano anterior. Acreditamos que essa constante evolução do índice de atividade se deve à nossa capacidade de oferecermos uma plataforma completa, com uma Experiência do Cliente (UX) integrada e fluida.

Destaques Patrimoniais

Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo do caixa e equivalentes de caixa somou R\$ 4.259,4 milhões, saldo este 220% maior quando comparado com saldo de R\$ 1.331,6 milhões em 31 de dezembro de 2022. A rubrica de caixa e equivalentes de caixa é composta por: (1) Caixa em moeda nacional, predominantemente formado por Reservas livres no Banco Central, que são recolhidas para fins de cumprimento de compulsório sobre recursos à vista e micro finanças, (2) caixa em moeda estrangeira e (3) aplicações no mercado aberto (operações compromissadas) e em depósitos interfinanceiros de curto prazo e alta liquidez , como risco insignificante de variação significativa e com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de títulos e valores mobiliários somou um montante de R\$ 16.868,1 milhões, apresentando um aumento de 36% quando comparado com o saldo apurado em 31 de dezembro de 2021.

Indicadores

São apresentados a seguir comentários sobre os principais indicadores da Companhia:

Índice de Basileia

As instituições financeiras que operam no Brasil estão sujeitas a uma metodologia de medição e padrões de capital baseada em um índice ponderado de ativos por risco. Os parâmetros dessa metodologia são semelhantes aos parâmetros internacionais para medições de capital mínimo aprovado, segundo adotado pelo Acordo de Basileia. O Banco Central do Brasil, através da Resolução CMN nº 4.955, de 21 de outubro de 2021, conforme alterada pela Resolução CVM nº 4.278 de 31 de outubro de 2013, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência em bases consolidadas sobre o conglomerado financeiro, e através da Resolução nº 4.958, de 21 de outubro de 2021, instituiu a apuração do Patrimônio de Referência mínimo requerido para os ativos ponderados por risco (RWA).

A tabela abaixo demonstra o Patrimônio de Referência da Companhia, bem como o cálculo do Índice de Basileia, para os períodos indicados:

ÍNDICE DE BASILEIA	Em 31 de dezembro de		Variação entre 31
	2023	2022	de dezembro de 2023 x 2022
Patrimônio de Referência (R\$ milhões)	6.138,2	5.913,3	3,8%
Índice de Basileia	23,0%	24,1%	– 1,1 p.p.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

O Patrimônio de Referência (ou capital regulatório) é o montante de capital disponível levado em consideração para fins da determinação dos limites operacionais das instituições financeiras brasileiras, e é composto por dois níveis. O capital de Nível I é representado pela composição do patrimônio líquido acrescido pelo saldo de determinadas reservas, rendas e instrumentos híbridos de capital e dívida autorizados pelo Banco Central. Já o capital de Nível II é composto pelas reservas de reavaliação, reservas de contingências, reservas especiais de lucros relacionadas a dividendos obrigatórios ainda não distribuídos, ações preferenciais com cumulatividade de dividendos, determinados instrumentos de dívida subordinada e híbridos e lucros a realizar relacionados a ajustes no valor de mercado de valores mobiliários disponíveis para venda.

De acordo com as diretrizes do Basileia III, o Patrimônio de Referência (PR), continua sendo constituído pelo somatório do Nível I e Nível II, sendo o Nível I composto pelo Capital Principal (deduzido de Ajustes Prudenciais) e Capital Complementar. No entanto, com o intuito de melhorar a qualidade do capital de instituições financeiras, o Basileia III restringe, para fins da composição do Capital Prudencial, a aceitação de instrumentos financeiros que não demonstram a capacidade efetiva de absorver perdas e exige a redução dos ativos que, em determinadas situações, poderiam comprometer o valor do capital da instituição financeira em decorrência da baixa liquidez dos instrumentos, dependência de lucro futuro para realização ou dificuldade de mensuração de valor.

### Indicadores dos Empréstimos e adiantamentos a clientes

Em conformidade com as Demonstrações Financeiras em IFRS, o percentual das provisões para perdas por redução ao valor recuperável em relação ao total da carteira de crédito foi de 7% em 31 de dezembro de 2023, frente a 6% em 31 de dezembro de 2022. Ao longo do exercício de 2023, o Banco aumentou sua carteira de créditos para R\$ 29.784,3 milhões, o que refletiu no aumento de R\$ 565,4 milhões no saldo de provisão constituída, quando comparados aos valores indicados em 31 de dezembro de 2022.

#### b. estrutura de capital

(R\$ milhares, exceto percentuais)	Em 31 de dezembro de			
	2023	% Passivo Total	2022	% Passivo Total
<b>Total do Passivo e Patrimônio Líquido (a)</b>	<b>60.351.797</b>	<b>100 %</b>	<b>46.343.100</b>	<b>100 %</b>
Capital Próprio(1) (b)	7.596.691	12,6 %	7.089.104	15,3 %
Capital de Terceiros(2) (a) – (b)	52.755.106	87,4 %	39.253.996	84,7 %

- *O capital próprio corresponde ao Patrimônio Líquido.*
- *O capital de terceiros é composto pelo Passivo e participações de acionista não controladores*

As informações relativas 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

O Inter entende que a atual estrutura de capital é adequada para o seu plano de negócios. O Índice de Basileia era de 23,0% em 31 de dezembro de 2023 (24,1% em 31 de dezembro de 2022), nível considerado confortável frente às regras de capital mínimo exigido pelo Banco Central do Brasil, considerando este ser 8% a partir de 2019. A representatividade do capital de terceiros para o financiamento das operações considerada normal para a Administração, instituição cuja atuação principal é a intermediação financeira.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A política de gestão de ativos e passivos da Companhia visa garantir que sua posição de capital esteja de acordo com as normas e diretrizes regulamentares aplicáveis. Particularmente, a política visa evitar descasamentos significativos entre ativos e passivos, otimizar a relação risco/retorno e assegurar que a disponibilidade de liquidez seja suficiente para honrar saques de depósitos, efetuar pagamentos de outros passivos no vencimento, conceder empréstimos ou outras formas de crédito aos clientes e atender às próprias necessidades de capital de giro.

A Tesouraria é responsável pela diversificação das fontes de captação de recursos, gestão de disponibilidades, controle de vencimentos, taxas de juros e moedas, e segue as políticas definidas pelo Comitê Financeiro (composto pelo Comitê Executivo, Diretor responsável pela área de Risco, Diretor responsável pela área de Planejamento e Diretor responsável pela área de Gerenciamento de Ativos e Passivos), que se reúne mensalmente para deliberar sobre tais políticas e avaliar sua implementação. Na Tesouraria, a área de gestão de ativos e passivos visa manter um equilíbrio adequado de distribuições de vencimento e diversificação de fontes de recursos financeiros. Com base nos níveis de recursos e na capacidade de obter acesso a recursos financeiros, a liquidez total da Companhia é suficiente para cumprir as obrigações atuais junto aos clientes e detentores de títulos de dívida da Companhia e/ou de suas controladas, bem como suportar possíveis futuras mudanças nos níveis de ativos e passivos e necessidades para capital de giro.

A Administração busca manter uma posição de liquidez que permita o atendimento de suas obrigações financeiras presentes e futuras e o aproveitamento de oportunidades comerciais à medida que surgirem. Os ativos líquidos consistem, principalmente, de aplicações interfinanceiras e títulos e valores mobiliários. A Inter procura garantir acesso contínuo a fontes diversificadas de financiamentos a custos eficientes.

A Administração acredita que na data deste Formulário de Referência a atual estrutura de capital aliada à estratégia aplicada na gestão de sua Tesouraria proporcionavam à Companhia plena capacidade de pagamento para fazer frente aos compromissos financeiros assumidos.

### d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

O financiamento do capital de giro e dos ativos circulantes e não-circulantes da Companhia é feito através de seu capital próprio, conforme descrito no item 2.1.b, e das captações de recursos realizadas junto a terceiros, demonstradas nas rubricas Passivos com Instituições Financeiras, Passivos com Clientes e Títulos emitidos, também descritas no item 2.1.f a seguir e nas demonstrações financeiras, que podem ser segregadas em:

*Passivos com instituições financeiras e Passivos com clientes:* a Inter financia parte das suas operações por meio das seguintes formas de depósitos:

- *Depósitos à vista:* Produto bancário que constitui uma das fontes de captação do Grupo, por meio da qual os clientes entregam à Inter fundos que ficarão disponíveis para movimentação e saque a qualquer momento;
- *Depósitos interfinanceiros:* Depósitos a prazo, sem emissão de certificado, utilizados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas pelo Banco Central para transferir recursos excedentes entre si, como forma de captação de recursos ou aplicação de recursos excedentes;
- *Depósitos a prazo:* Produto bancário que constitui uma das fontes de financiamento do Grupo, por meio da qual os clientes entregam à Inter fundos que ficarão disponíveis para retirada, juntamente com o pagamento de uma remuneração, uma vez transcorrido determinado período de tempo, conforme previamente acordado;
- *Depósitos a Prazo com Garantias Especiais (DPGE):* Depósitos a prazo, sem emissão de certificado, captados por instituições financeiras e garantidos pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), cuja remuneração pode ser pré ou pós-fixada.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

- *Poupança*: opção de investimento altamente popular e acessível para clientes. Além de ser garantida pelo governo, a poupança tem suas regras de funcionamento definidas pelo Banco Central. A remuneração é regulamentada por lei e corresponde a até 0,5% de juros ao mês, a depender da variação da Taxa SELIC, calculados sobre os valores depositados, acrescida da variação da TR – Taxa Referencial. Valores mantidos em conta por período inferior a um mês não são remunerados.
- *Certificados de Depósitos Bancários*: O certificado de depósito bancário é promessa de pagamento à ordem da importância do depósito, acrescida do valor da correção e dos juros convencionados, de emissão exclusiva de bancos e com prazo superior a 18 (dezoito) meses, nos termos da Lei n.º 4.728, de 14 de julho de 1965, conforme alterada. Uma vez emitido pela Inter, o certificado de depósito bancário, o crédito contra a Inter, pelo principal e pelos juros, não poderá ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca ou apreensão, ou qualquer outro embaraço que impeça o pagamento da importância depositada e dos seus juros, mas o certificado de depósito poderá ser penhorado por obrigação do seu titular.

### *Títulos emitidos:*

*Letras de Crédito Imobiliário*: Títulos de renda fixa com lastro em créditos imobiliários com garantia por alienação fiduciária ou hipoteca de imóveis, emitidos nos termos da Lei n.º 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada. Confere a seu titular um direito de crédito contra a instituição emissora pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados. A LCI poderá contar com garantia fidejussória adicional de instituição financeira e poderá ser garantida por um ou mais créditos imobiliários, mas a soma do principal das LCI emitidas não poderá exceder o valor total dos créditos imobiliários em poder da instituição emitente. A LCI não poderá ter prazo de vencimento superior ao prazo de quaisquer dos créditos imobiliários que lhe servem de lastro.

*Letras de Crédito do Agronegócio*: Títulos de crédito nominativos, de livre negociação, representativos de promessa de pagamento em dinheiro e constituem título executivo extrajudicial, de emissão exclusiva de instituições financeiras públicas ou privadas, com lastro em direitos creditórios do agronegócio, emitidos nos termos da Lei n.º 11.076, de 30 de dezembro de 2004, conforme alterada. O valor da LCA não poderá exceder o valor total dos direitos creditórios do agronegócio a ela vinculados. A LCA confere direito de penhor sobre os direitos creditórios a ela vinculados, independentemente de convenção, sem prejuízo de outras garantias que venham a ser constituídas.

*Letras Financeiras*: títulos de crédito nominativos, transferíveis e de livre negociação de emissão exclusiva por instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central, com prazo de vencimento não inferior a 1 (um) ano, nos termos da Lei n.º 12.249, de 11 de junho de 2010, conforme alterada. A Letra Financeira será emitida exclusivamente sob a forma escritural, mediante registro em sistema de registro e de liquidação financeira de ativos autorizado pelo Banco Central. A Letra Financeira é título executivo extrajudicial, que pode ser executado independentemente de protesto, e pode, dependendo dos critérios de remuneração, gerar valor de resgate inferior ao valor de sua emissão. A Letra Financeira pode ser emitida com cláusula de subordinação aos credores quirografários, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente, se houver, na hipótese de liquidação ou falência da instituição emissora e, nesse caso, pode ser utilizada para fins de composição do patrimônio de referência da instituição emitente, nas condições especificadas pelo CMN.

*Obrigações por Empréstimo e Repasses*: Referem-se a operações de repasse de financiamentos de créditos imobiliários captados com a Caixa Econômica Federal.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

*Letra Imobiliária Garantida:* Títulos de renda fixa emitidos por bancos, caixas econômicas, sociedades de crédito, financiamento ou investimento, companhias hipotecárias e associações de poupança e empréstimo, criado pela Lei nº 13.907 de janeiro de 2015, com o objetivo de fomentar o mercado imobiliário no país, baseado no modelo reconhecido no exterior de covered bonds. São títulos transferíveis e de livre negociação, garantidos por carteira de ativos submetida ao agente fiduciário, o qual tem o dever de zelar pelo interesse dos investidores, monitorando as condições do título e da carteira de ativos. A LIG é o único título de captação bancária não antecipado automaticamente no caso de insolvência da instituição emissora. Caso isso ocorra, a carteira de ativos suprirá os pagamentos devidos aos investidores e o agente fiduciário assumirá a administração do título e da carteira.

O Inter tem acesso a diversificadas fontes de financiamento locais e externas, junto a diferentes categorias de investidores (pessoas físicas, empresas, fundos de pensão, fundos de investimento, bancos, etc.). A decisão de utilizar uma ou outra fonte de financiamento leva em consideração a demanda dos clientes e as características das linhas (taxas, prazos, indexadores etc.). Historicamente, o Inter tem diversificado suas fontes de financiamento, o que tem sido adequado ao controle de liquidez, pois proporciona a possibilidade de manter um saldo de caixa elevado, conforme explicado anteriormente, que se mostrou eficiente em períodos de crise de liquidez. A Inter tem mantido índices de liquidez significativamente superior aos limites estabelecidos como mínimos, e tendo como um dos principais pontos de sua política de captação de recursos o alongamento dos prazos, além dos esforços em manter o nível relativo de custos praticado atualmente.

A Administração acredita que sua atual política de captação de recursos e gestão de tesouraria para fins de gerenciamento de suas disponibilidades e de seu capital de giro estão adequadas às exigências regulatórias e o tornou capaz de fazer frente a todas as suas obrigações.

Segue abaixo um detalhamento das fontes de financiamento em 31 de dezembro de 2023. Os valores abaixo apresentados referem-se às Informações Financeiras, preparadas em conformidade com o IFRS.

Passivos com instituições financeiras

Os valores a seguir referem-se às demonstrações financeiras anuais preparadas em conformidade com as IFRS.

(em reais mil)	31 de dezembro de	
	2023	2022
Obrigações com redes de cartão de crédito	6.801.035	5.228.314
Obrigações por operações compromissadas	1.011.092	1.902.873
Depósitos interfinanceiros	1.647.866	732.528
Relações interdependências	62.476	43.182
<b>Total de passivos com instituições financeiras</b>	<b>9.522.469</b>	<b>7.906.897</b>



2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Passivos com clientes

Os valores a seguir referem-se às demonstrações financeiras anuais preparadas em conformidade com as IFRS.

(em reais mil)	31 de dezembro de	
	2023	2022
Depósitos a vista	2.572.536	11.566.826
Depósitos a prazo	28.158.459	10.517.060
Depósitos poupança	1.540.604	1.307.055
Credores por recursos a liberar	380.021	251.863
<b>Total de passivos com clientes</b>	<b>32.651.620</b>	<b>23.642.804</b>

Títulos emitidos

Os valores a seguir referem-se às demonstrações financeiras anuais preparadas em conformidade com as IFRS.

(em reais mil)	31 de dezembro de	
	2023	2022
Letras financeiras	147.876	67.014
Letras de crédito imobiliário	7.898.500	5.794.144
Letras de crédito agronegócio	48.666	341.007
<b>Total de títulos emitidos</b>	<b>8.095.042</b>	<b>6.202.165</b>

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Fontes Adicionais de Captação

O Inter possui uma política de liquidez em conformidade com a regulamentação do Banco Central que determina o volume de caixa mínimo, assim como critérios de contingência em caso de crises financeiras no mercado. A posição de liquidez é administrada realizando operações overnight com outras instituições financeiras, lastreadas em títulos públicos federais e com compromissos de revenda, bem como operações de compra de títulos públicos federais que possuem liquidez imediata no mercado.

O Inter avalia periodicamente suas necessidades de liquidez e capital mínimo, em linha com sua política de captação de recursos e gestão de tesouraria, não só para atender aos requisitos regulatórios, mas para assegurar uma gestão eficiente de seus recursos. Diante de uma necessidade o Inter poderá vir a contar com recursos provenientes de diversas fontes locais e externas, junto a diferentes categorias de investidores (pessoas físicas, empresas, fundos de pensão, fundos de investimento, bancos, etc.). A decisão de utilizar uma ou outra fonte de financiamento leva em consideração a demanda dos clientes e as características das linhas (taxas, prazos, indexadores etc.).

A Administração acredita que o Inter será capaz de custear suas necessidades de capital de giro conforme elas se apresentem.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### **f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

#### *i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes*

O Inter não é parte como tomador em contratos de empréstimos e financiamentos significativos. Em 31 de dezembro de 2023, o Inter não possuía captação de depósitos a prazo com garantia especial proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC). A redução no saldo de tais depósitos garantidos se deu principalmente em razão da mudança na estratégia adotada pelo Inter, optando por captar recursos através de sua base de clientes pulverizada e menos onerosa.

#### *ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras*

Não há relações de longo prazo com outras instituições financeiras que são consideradas significativas para a Inter e suas controladas.

#### *iii. grau de subordinação entre as dívidas*

Não há grau de subordinação contratual entre dívidas da Companhia.

Na hipótese de concurso universal de credores, a ordem de preferência será estabelecida nos termos da Lei nº 6.024, de 13 de março de 1974, com aplicação subsidiária da Lei nº 11.101, de 09 de fevereiro de 2005. Por força do disposto no artigo 34 da Lei nº 6.024/75, é possível aplicar a legislação falimentar subsidiariamente ao procedimento de liquidação extrajudicial de instituições financeiras, com a ressalva de que a Lei nº 11.101/2005 somente será aplicável no que couber e não colidir com os preceitos da Lei nº 6.024/74.

Diante do exposto, o pagamento aos credores obedece à seguinte ordem: (i) créditos derivados da legislação do trabalho, (ii) créditos tributários – excetuadas as multas tributárias, (iii) créditos quirografários, (iv) multas contratuais e as (v) penas pecuniárias por infração das leis penais ou administrativas – inclusive as multas tributárias e créditos subordinados.

#### *iv. Eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário.*

O Inter não é parte como tomador em contratos de empréstimos e financiamentos relevantes e, portanto, não está sujeito a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário impostos por endividamento próprio.

As instituições financeiras estão sujeitas aos limites operacionais estabelecidos pelo CMN e o Banco Central para funcionamento, conforme disposições da regulamentação em vigor, em especial a Lei nº 4.595/1964, que instituiu o SFN, e a Resolução do Banco Central nº 4.019/2011, que dispõe sobre medidas prudenciais preventivas destinadas a assegurar a solidez, a estabilidade e o regular funcionamento do SFN.

Dentre os limites estabelecidos, destacam-se: (i) Patrimônio de Referência compatível com os riscos de sua atividade; (ii) de imobilizações, que limita a 50,00% do valor do Patrimônio de Referência o total dos recursos aplicados no ativo permanente; (iii) de exposição por cliente, que estabelece o limite máximo de 25,00% do valor do Patrimônio de Referência de exposição por cliente; e (iv) limites mínimos de capital realizado e patrimônio líquido para funcionamento.

As normas também vedam às instituições financeiras a práticas de determinadas operações, com destaque para: a aquisição de imóveis não destinados a uso próprio, além de estabelecer limites aplicáveis às operações de crédito realizadas com partes relacionadas.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em resposta à pandemia do COVID-19, o Conselho Monetário Nacional, principalmente por meio da Resolução CMN n. 4.820, de 29 de maio de 2020, restringiu, para o exercício de 2020, o pagamento de distribuições de dividendos aos acionistas de instituições financeiras em todo Brasil, limitando tais distribuições ao dividendo mínimo obrigatório estabelecido no artigo 202 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada, que inclui a distribuição de lucros na forma de juros sobre capital próprio. Para mais informações, favor consultar a Seção 7.5 deste Formulário de Referência.

### **g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

O Inter não é parte como tomador em contratos de empréstimos e financiamentos relevantes e, portanto, não possui quaisquer limites para utilização.

A utilização dos financiamentos contratados pelo Inter em novas operações de crédito é condicionada à manutenção de seu Índice de Basileia acima do mínimo regulatório de 8,0% (o Índice de Basileia em 31 de dezembro de 2023 era de 23,0% e de 24,1% em 31 de dezembro de 2022).

O Inter realizava periodicamente emissão de DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial, em dois diferentes níveis (DPGE I – sem garantia pelo Fundo Garantidor de Crédito – e DPGE II – que contam com garantia pelo Fundo Garantidor de Crédito) o qual está sujeito a um limite regulatório. Em 31 de dezembro de 2023, o Inter não possuía captação de depósitos a prazo com garantia especial (DPGE) proporcionada pelo Fundo Garantidor de Créditos (FGC), em razão de modificação de estratégia de negócios.

### **h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa**

As variações relevantes nos itens principais das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa consolidado em 31 de dezembro de 2023 são discutidas a seguir.

Ressaltamos que as informações referentes às demonstrações financeiras consolidadas auditadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram preparadas de acordo com as IFRS.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

### DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO

#### DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022.

Demonstrações de Resultados - Consolidada (R\$ milhares)	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2023	Exercício Social Encerrado em 31 de dezembro de 2022	Variação 2022 X 2021
Receitas de juros	4.550	2.803	62,3 %
Despesas de juros	(2.888)	(1.973)	46,4 %
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos	1.546	1.506	2,7 %
<b>Receita líquida de juros e receita de títulos e derivativos</b>	<b>3.208</b>	<b>2.335</b>	<b>37,4 %</b>
Receitas de serviços e comissões	1.304	968	34,8 %
Despesas de serviços e comissões	(136)	(129)	4,9 %
Outras receitas	376	389	(3,3) %
<b>Total de receitas líquidas</b>	<b>4.753</b>	<b>3.563</b>	<b>33,4 %</b>
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros	(1.542)	(1.083)	42,3 %
Despesas administrativas	(1.461)	(1.495)	(2,2) %
Despesas de pessoal	(791)	(734)	7,8 %
Despesas tributárias	(327)	(249)	31,4 %
Depreciação e amortização	(160)	(164)	(2,2) %
Receita de Participação Societária	(32)	(17)	84,1 %
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>440</b>	<b>(179)</b>	<b>N/A</b>
<b>Benefício do Imposto sobre a renda e contribuição social</b>	<b>(88)</b>	<b>165</b>	<b>N/A</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>352</b>	<b>(14)</b>	<b>N/A</b>

#### Receita líquida de juros e receita de títulos e derivativos

A receita líquida de juros e a receita de títulos e derivativos do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 atingiram R\$ 3.208,1 milhões, representando um crescimento de 37% em comparação ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, que totalizou R\$ 2.335,4 milhões.

Este crescimento se deu, principalmente, pelos seguintes fatores:

*Receita de juros:* A receita de juros aumentou 62,3% para R\$4.549,8 milhões em 2023, comparado a R\$2.802,7 milhões em 2022, principalmente devido ao crescimento de nossas carteiras de cartão de crédito e crédito pessoal, que aumentaram em 37,7% e 30,3% respectivamente, comparando as carteiras em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

*Despesa de juros:* A despesa de juros aumentou 46,4% para R\$2.887,6 milhões em 2023, de R\$1.972,9 milhões em 2022, principalmente devido ao aumento no saldo de depósitos a prazo, impulsionado pelo crescimento do número de nossos clientes. Os depósitos a prazo aumentaram para R\$28.158,4 milhões em 31 de dezembro de 2023, de R\$10.517,0 milhões em 31 de dezembro de 2022.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

*Receita de títulos e derivativos:* A receita de títulos e valores mobiliários e derivativos aumentou 2,7% para R\$1.545,8 milhões em 2023, de R\$1.505,6 milhões em 2022, principalmente devido ao aumento nos títulos públicos que possuímos, refletindo as taxas de juros às quais estão indexados, parcialmente compensado por nossas perdas relacionadas a instrumentos derivativos que adquirimos para mitigar riscos relacionados a nossas exposições cambiais e diferença em taxas de juros nas posições de ativos e taxas de financiamento.

### Resultado de serviços e comissões

*Receita de serviços e comissões:* As receitas líquidas de serviços e comissões aumentaram 34,8% para R\$1.304,4 milhões em 2023, em comparação com R\$968,0 milhões em 2022, principalmente devido ao aumento nas taxas de intercâmbio de cartões (valores que recebemos em relação ao uso de cartões de crédito e débito que emitimos). Esse aumento nas taxas de intercâmbio de cartões foi impulsionado pelo crescimento de 67,8% no número de clientes ativos em 31 de dezembro de 2023 em comparação com 31 de dezembro de 2022.

*Despesas de serviços e comissões:* As despesas com serviços e comissões aumentaram 5,0% para R\$135,6 milhões em 2023, em comparação com R\$129,2 milhões em 2022, principalmente devido às taxas que somos obrigados a pagar pela manutenção de nossos serviços de caixas eletrônicos (ATMs). Os custos relacionados aos serviços de caixas eletrônicos incluem taxas devidas a saques realizados por nossos clientes, que aumentaram devido ao número de clientes, e custos relacionados à manutenção dos caixas eletrônicos com dinheiro disponível para saque.

*Outras receitas:* A diminuição em outras receitas foi impulsionada principalmente por: (i) a diminuição de R\$24,6 milhões em ganhos de capital devido ao resultado inferior proveniente da venda de garantias em 2023 em relação a empréstimos inadimplentes que fornecemos e (ii) a diminuição de R\$15,2 milhões em taxa de desempenho, que consiste substancialmente em bonificações de desempenho devidas ao alcance de metas estabelecidas em nosso acordo comercial com a Mastercard.

### Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

O resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros aumentou 42,3% para R\$1.541,6 milhões em 2023, de R\$1.083,2 milhões em 2022, principalmente em função de: (i) o crescimento de nossa carteira de crédito em 31,2%, em relação à carteira de 31 de dezembro de 2022, incluindo um crescimento de 31,9% em nossa carteira de cartão de crédito, a qual é sem garantia e, portanto, possui um maior risco de perdas esperadas; e (ii) o aumento geral na inadimplência em nossa carteira de crédito, o qual acreditamos ser relacionado a um aumento nos inadimplência observada de maneira geral no mercado financeiro brasileiro, como resposta às taxas de juros mais elevadas vigentes no mercado (incluindo a taxa SELIC), resultantes do desafiador ambiente macroeconômico.

Essa alta foi parcialmente compensada por nossos esforços em adotar uma abordagem mais rigorosa na gestão de risco de crédito ao conceder novos empréstimos. Esses esforços incluem o foco em oferecer empréstimos pessoais com garantia e os resultados dessa iniciativa estão refletidos na diminuição da proporção de nossos charge-offs líquidos relacionados ao crédito pessoal para 17,9% em 2023, de 38,9% em 2022.

### Despesas administrativas

A diminuição de nossas despesas administrativas se deve principalmente a:

a) A redução de R\$89,8 milhões nos serviços do sistema financeiro se deve principalmente às taxas menores que pagamos em relação aos serviços de corretagem e câmbio, como resultado da renegociação em 2023.

b) A diminuição de R\$72,3 milhões em outros e de R\$44,3 milhões em publicidade e marketing resultou das medidas de redução de custos implementadas ao longo de 2023.

## 2.1 Condições financeiras e patrimoniais

A diminuição de nossas despesas administrativas foi parcialmente compensada por:

- a) O aumento de R\$83,4 milhões em processamento de dados, que se deve principalmente ao maior volume de dados armazenados e transações, resultado do aumento de clientes e do volume de transações relacionado.
- b) O aumento de R\$72,7 milhões em serviços de terceiros, que resultou de nossa maior demanda por serviços de consultoria, auditoria, advocacia e prevenção de fraudes relacionadas à expansão de nossas operações em 2023.

### **Despesa de pessoal**

As despesas com pessoal aumentaram 7,8% para R\$790,7 milhões em 2023, de R\$733,6 milhões em 2022, principalmente devido ao aumento nos pagamentos de bônus e participação nos lucros para executivos e colaboradores, em decorrência dos maiores lucros obtidos em 2023.

### **Despesas tributárias**

As despesas com impostos aumentaram 31,4% para R\$326,6 milhões em 2023, de R\$248,6 milhões em 2022, principalmente devido ao aumento de nossas receitas, resultando em maiores despesas com ICMS, PIS e COFINS em 2023.

### **Resultado antes dos impostos**

Como resultado do exposto, o lucro (prejuízo) antes dos impostos aumentou para um lucro de R\$439,8 milhões em 2023, em comparação com um prejuízo de R\$178,6 milhões em 2022.

### **Imposto de renda e contribuição social**

O imposto de renda foi uma despesa de R\$87,6 milhões em 2023, em comparação com um benefício de R\$164,5 milhões em 2022. Esse aumento na despesa de imposto de renda ocorreu principalmente devido aos nossos resultados antes dos impostos terem sido lucrativos em 2023, em comparação com um prejuízo em 2022.

### **Resultado líquido**

Como resultado do exposto, o lucro do exercício foi de R\$352,3 milhões em 2023, em comparação com um prejuízo de R\$14,1 milhões em 2022.

2.2 Resultados operacional e financeiro

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Os resultados operacionais brutos da Companhia são oriundos principalmente das suas operações, através dos produtos do crédito imobiliário, crédito empresas e crédito consignado.

Receita Consolidada

(R\$ mil, exceto percentuais)*	Exercício social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023	(%) do Total	2022	(%) do Total
Receita de juros <sup>(1)</sup>	4.549.827	58,5 %	2.802.658	49,5 %
Receita de serviços e comissões <sup>(2)</sup>	1.304.382	16,8 %	968.039	17,1 %
Receita de títulos e valores mobiliários <sup>(3)</sup>	1.615.108	20,8 %	1.471.737	26,0 %
Resultado de instrumentos financeiros derivativos <sup>(3)</sup>	(69.273)	(0,9) %	33.884	0,6 %
Outras receitas	375.688	4,8 %	388.462	6,9 %
<b>Receitas Totais</b>	<b>7.775.732</b>	<b>100,0 %</b>	<b>5.664.780</b>	<b>100,0 %</b>

(1) Receitas provenientes dos empréstimos e financiamentos concedidos pela Companhia e aplicações financeiras realizadas em outras instituições financeiras.  
(2) Receitas de taxas e comissões, que incluem comissões, taxas de administração de fundos de investimentos e outras.  
(3) Receitas das operações de hedge através de swaps de taxas de juros e indexadores, visando cobrir exposições em operações ativas e passivas relacionadas à carteira de crédito e de captações.

\* Os valores apresentados referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão em conformidade com as IFRS.

Receita por Segmento

A tabela abaixo mostra as receitas de nossos segmentos reportáveis para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de			
	2023		2022	
Receita	(em mil de R\$, exceto porcentagens)			
Bancário & Gastos <sup>(1)</sup>	4.339.026	91,3 %	3.227.561	90,6 %
Investimentos <sup>(1)</sup>	157.321	3,3 %	125.174	3,5 %
Corretagem de Seguros <sup>(1)</sup>	173.159	3,6 %	130.553	3,7 %
Inter Shop & Comércio Plus	254.580	5,4 %	367.355	10,3 %
Total de segmentos reportáveis	4.924.086	103,6 %	3.850.643	108,1 %
Outros	8.500	0,2 %	108.598	3,0 %
Eliminações e ajustes <sup>(2)</sup>	(180.010)	(3,8) %	(396.544)	(11,1) %
Total	4.752.576	100,0 %	3.562.697	100,0 %

(1) A tabela demonstra a receita líquida (composto pela rubrica de receitas) por segmento reportáveis antes das eliminações das operações realizadas entre as empresas do grupo em conformidade com as práticas contábeis em IFRS.  
(2) Eliminações devido a diferenças nas políticas contábeis aplicadas nas informações financeiras reportadas por segmentos operacionais, que se baseiam nas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central e IFRS.

2.2 Resultados operacional e financeiro

De forma geral, independente das práticas contábeis em questão, as variações na receita da Companhia estão intrinsecamente relacionadas à variação das taxas de juros e à variação da demanda por crédito.

Os resultados operacionais da Companhia são oriundos principalmente das operações dos produtos de crédito imobiliário, crédito empresas e crédito consignado.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os diretores entendem que os principais fatores que impactaram os resultados operacionais do Grupo são:

Ambiente Macroeconômico Brasileiro

Como uma empresa que opera principalmente no Brasil, nossos resultados operacionais, fluxo de caixa e condição financeira são afetados pelas condições econômicas gerais no Brasil, particularmente pelo crescimento econômico do Brasil. A tabela a seguir apresenta indicadores econômicos selecionados para os períodos indicados:

	Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de		
	2023	2022	2021
Crescimento do PIB (redução)	2,9 %	2,9 %	4,6 %
Inflação (IGP-M) <sup>(1)</sup>	(3,2)%	5,5 %	17,8 %
Inflação (IPCA) <sup>(2)</sup>	4,6 %	5,8 %	10,1 %
Taxa interbancária – CDI <sup>(3)</sup>	11,7 %	12,4 %	4,4 %
TJLP <sup>(4)</sup>	6,6 %	7,2 %	4,8 %
Taxa de câmbio no final do período por US\$1.00	R\$ 4,84	R\$5,22	R\$ 5,58
Taxa de câmbio média por US\$1.00	R\$ 4,99	R\$5,17	R\$ 5,40

Fontes: IBGE, Banco Central, CETIP e FGV.

(1) O IGP-M é o índice geral de preços de mercado calculado pela FGV (acumulado em cada período).

(2) O IPCA é um índice de preços ao consumidor calculado pelo IBGE (acumulado em cada período).

(3) A taxa CDI ou taxa DI refere-se às taxas médias dos empréstimos interbancários overnight no Brasil, anualizadas a partir do último dia do período correspondente (usando a taxa acumulada no acumulado do ano).

(4) A Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) é a taxa aplicável aos empréstimos de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A TJLP contém um fator de inflação e é determinada trimestralmente.

O desempenho do PIB brasileiro e o desemprego no Brasil têm impacto direto no poder de compra da população brasileira e no mercado de trabalho, o que por sua vez influencia a demanda por nossos serviços. Em 2023, o PIB brasileiro cresceu 2,9%, principalmente devido ao bom desempenho dos setores agrícola e extrativo, bem como a uma recuperação robusta do consumo das famílias, refletindo a flexibilização das condições monetárias que começou no segundo semestre do ano. Em 2022, o PIB brasileiro cresceu 2,9%, em parte como resultado do relaxamento das restrições da COVID-19 e dos incentivos fiscais contínuos concedidos pelo governo brasileiro, apoiando o crescimento do PIB. Em 2021, o PIB brasileiro cresceu 4,6%, principalmente devido ao efeito comparativo da queda relacionada à pandemia da COVID-19 no ano anterior.

Inflação, taxas de juros e disponibilidade de crédito:

Uma parte significativa de nossas receitas, despesas, ativos e passivos são diretamente impactados pelas taxas de juros, e nossos resultados operacionais e condição financeira são significativamente afetados pela inflação, flutuações nas taxas de juros e políticas monetárias governamentais.



## 2.2 Resultados operacional e financeiro

- As taxas de inflação no Brasil medidas pelo IPCA foram de 4,6%, 5,8% e 10,1%, e as taxas de inflação no Brasil medidas pelo índice IGP-M foram de -3,2%, 5,5% e 17,8% para os anos encerrados em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente.

- A taxa interbancária brasileira - CDI foi de 11,7%, 12,4% e 4,4% em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, respectivamente.

Nosso negócio é afetado pela inflação. Níveis mais altos de inflação podem impactar negativamente nossa carteira de empréstimos e restringir a disponibilidade de crédito e a demanda do consumidor por crédito. A inflação também afeta negativamente nossas despesas com pessoal e outras despesas administrativas que estão diretamente ou indiretamente ligadas aos índices de inflação. Por outro lado, níveis mais baixos de inflação podem impactar adversamente nossos resultados financeiros, uma vez que temos uma posição significativa em títulos indexados à inflação. Esse impacto é agravado em um ambiente em que o Banco Central retarda o afrouxamento da política monetária, o que reduziria nossas margens reais, já que a taxa real de curto prazo seria maior do que a implícita pela curva de juros.

Também somos afetados por mudanças nas taxas de juros vigentes. Aumentos nas taxas de juros tendem a nos afetar negativamente, tornando nossos produtos de crédito e investimentos mais caros para os consumidores, reduzindo assim a demanda do consumidor por esses produtos. Aumentos nas taxas de juros também tendem a aumentar nossos custos de captação. A rentabilidade das operações de crédito depende de nossa capacidade de obter financiamento a taxas competitivas. Um aumento nas taxas de juros de mercado no Brasil pode aumentar nosso custo de captação, especialmente o custo dos depósitos a prazo, reduzindo assim o spread obtido em nossa carteira de crédito. Além disso, o aumento das taxas de juros aumenta o risco de default de nossos clientes. Uma redução súbita nas taxas de juros pode afetar o retorno bruto de nossa carteira de empréstimos. Nossos empréstimos imobiliários, que representavam 20% de nossa carteira de empréstimos em 31 de dezembro de 2023, são compostos principalmente por empréstimos de taxa flutuante.

Além disso, aumentos nas taxas de juros, índices de inflação e outros cupons indexados podem afetar adversamente o resultado de investimentos que não estão indexados a esses índices. Esse tipo de exposição pode afetar negativamente o desempenho de nossas carteiras de empréstimos que não estão indexadas a esses índices, reduzindo assim o spread que obtemos em relação à nossa carteira de empréstimos fixos.

Como resultado do exposto, consideramos a exposição às taxas de juros e às taxas de inflação como um risco significativo. Estamos sujeitos ao risco de perdas ou ganhos resultantes de flutuações nas taxas de juros cobradas ou recebidas em nossas carteiras de empréstimos e captações. Para tentar controlar esse risco, analisamos nossa exposição com base nos limites estabelecidos e identificados por meio do uso de modelos financeiros específicos, bem como por meio dos requisitos de controle de capital. Utilizamos o gerenciamento de risco de mercado, em parte, para apoiar nossas áreas de negócio, estabelecendo processos e implementando ferramentas necessárias para avaliar e controlar os riscos relacionados, possibilitando-nos medir e monitorar os níveis de tolerância a risco estabelecidos por nossa alta administração. Para obter mais informações sobre nossas práticas de gerenciamento de risco, consulte a nota 6 em nossas Demonstrações Financeiras Auditadas.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

### **b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**

#### **Número de Clientes e nossa Capacidade de Cross-Sell**

Nosso crescimento e lucratividade dependem não apenas da expansão de cada um de nossos ecossistemas de produtos individualmente, mas também da geração e alavancagem das sinergias no Financial Super App para criar mais valor para nossos clientes e, consequentemente, aumentar a retenção e o cross-sell. Construímos nosso Financial Super App com o objetivo de fornecer aos nossos clientes acesso fácil a todos os nossos produtos e serviços financeiros e não financeiros, sendo que a maioria deles é oferecida apenas para titulares de conta (nossa plataforma de compras está disponível para não titulares de conta). Um exemplo de nossa estratégia sinérgica é como incentivamos nossos clientes a construir suas carteiras de investimento dentro de nosso ecossistema e a usar nossas soluções bancárias como seu banco principal. O crescimento de nossa base de titulares de conta expande diretamente o número de pessoas que podemos alcançar com nossos produtos financeiros e não financeiros por meio de nosso aplicativo.

Atualmente, podemos observar altos níveis de ativação em todas as nossas principais verticais de negócios. Alcançamos um total de aproximadamente 16,4 milhões de clientes ativos em 31 de dezembro de 2023.

#### **Requisitos de Reserva e Empréstimo**

Os requisitos estabelecidos pelo Banco Central para depósito compulsório e crédito têm um impacto significativo nos resultados das instituições financeiras no Brasil. Aumentos ou reduções desses requisitos podem ter impacto em nossos resultados operacionais ao limitar ou expandir os valores disponíveis para transações comerciais de crédito. Acreditamos que, considerando a regulamentação atual, temos ativos suficientes para operar sem restrições significativas dos requisitos de reserva e empréstimo. Em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, os depósitos compulsórios representaram, respectivamente, 4,41%, 6,16% e 6,55% de nosso total de ativos. Em 31 de dezembro de 2023, nossa relação de adequação de capital era de 23,0%, significativamente acima dos requisitos mínimos de 10,5%. Historicamente, fomos capazes de manter nossa relação de adequação de capital acima do limite mínimo por meio da captação de recursos por meio de ofertas de capital.

#### **Expansão Internacional**

Nossas operações estão atualmente concentradas no Brasil, mas iniciamos um processo de expansão internacional desde 2022. O primeiro passo desse processo foi a aquisição completa da Inter&Co Payments, Inc (anteriormente Usend), em janeiro de 2022. A Inter&Co Payments é uma empresa de serviços de pagamento licenciada que oferece serviços de câmbio e remessas internacionais, além de outros produtos financeiros por meio de uma solução de carteira eletrônica que chamamos de "Conta Global".

Em 2022, também incorporamos a Inter&Co Securities LLC, uma corretora de valores totalmente licenciada, que oferece serviços de corretagem para clientes Inter que desejam investir nas bolsas de valores americanas. Nossa plataforma de investimentos é resultado de uma parceria com a Apex Clearing Corporation, que permite que os investidores acessem a NYSE e a NASDAQ e realizem negociações diretamente de nosso Financial Super App. Além disso, firmamos parceria com a Pershing Clearing para oferecer aos nossos clientes de gerenciamento de patrimônio uma ampla gama de opções de investimento.

Em janeiro de 2023, adquirimos a YellowFi Mortgage LLC, agora Inter US Finance, uma empresa que possui, gerencia e opera um negócio de empréstimos hipotecários nos estados do Colorado, Flórida e Geórgia, e a YellowFi Management LLC, agora Inter US Management, uma empresa que gerencia e opera o Inter Mortgage Opportunity Fund, um fundo de investimento em notas hipotecárias residenciais que detém empréstimos hipotecários residenciais em todo os Estados Unidos.

## 2.2 Resultados operacional e financeiro

Em janeiro de 2024, anunciamos nosso patrocínio das equipes de futebol Orlando City e Orlando Pride, por meio de um acordo no qual renomeamos seu estádio para Inter&Co Stadium e nos tornamos a primeira marca latino-americana a ter os direitos de nomeação de um estádio esportivo nos EUA. Isso faz parte de nossos esforços para criar uma identidade americana e nos conectar com a comunidade da Flórida, onde estamos baseando nossas operações nos EUA.

Em abril de 2024, obtivemos licença para operar uma filial nas Ilhas Cayman. A filial do Banco Inter Cayman é um projeto estratégico que nos permitirá ampliar nossa capacidade de oferecer produtos e soluções em diferentes moedas (além do real brasileiro) e acessar novas fontes de financiamento. Por meio de nossa filial nas Ilhas Cayman, já começamos a oferecer dois novos produtos internacionais de investimento com juros fixos: depósitos a prazo e certificados de depósito.

Também esperamos fazer investimentos para expandir internacionalmente o Programa Inter Loop e a Inter Shop, para oferecer a nossos clientes existentes e novos no exterior recompensas e opções de compra.

### **c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

#### ***Taxas de câmbio***

O sistema de câmbio brasileiro permite a compra e venda de moeda estrangeira e a transferência internacional de reais por qualquer pessoa ou entidade legal, independentemente do valor, sujeito a certos procedimentos regulatórios.

Desde 1999, o Banco Central permite que o real/EUA. taxa de câmbio do dólar flutuar livremente, o que resultou em aumento da volatilidade da taxa de câmbio. Até o início de 2003, o real declinou em relação ao dólar norte-americano. Entre 2006 e 2008, o real se valorizou em relação ao dólar norte-americano, exceto nos períodos mais severos da crise econômica global. Dada a turbulência nos mercados internacionais e as perspectivas macroeconômicas brasileiras então aplicáveis, o real se desvalorizou em relação ao dólar americano de meados de 2011 até o início de 2016. Em particular, durante 2015, devido às más condições econômicas no Brasil, inclusive como resultado da instabilidade política, o real desvalorizou a uma taxa muito maior do que nos anos anteriores. No geral, em 2015, o real desvalorizou 32%, atingindo R\$ 3,905 por US\$ 1,00 em 31 de dezembro de 2015. No início de 2016, o real enfrentou flutuações contínuas, principalmente como resultado da instabilidade política do Brasil, e valorizou-se em relação ao dólar norte-americano a partir de março de 2016 até o início de 2017. Durante a maior parte de 2017, o real continuou a flutuar e se desvalorizou em relação ao dólar desde o início de 2018. Essa depreciação e flutuação continuaram ao longo de 2019. Com a pandemia de COVID-19 em 2020 e 2021, o real desvalorizou ainda avançar. Em 31 de dezembro de 2020 e 2021, a taxa de câmbio de reais por dólares americanos era de R\$ 5,197 e R\$ 5,5805 por US\$ 1,00, respectivamente, com base na taxa de venda informada pelo Banco Central. Em 31 de março de 2022, a taxa de câmbio de reais para dólares norte-americanos era de R\$ 4,7372 para US\$ 1,00, representando uma valorização de 15,1% da moeda brasileira nos primeiros três meses de 2022. Não há garantia de que o real não sofrerá desvalorização em relação ao dólar americano. O real pode flutuar substancialmente em relação ao dólar norte-americano no futuro.

O Banco Central interveio ocasionalmente para tentar controlar a instabilidade nas taxas de câmbio. Não podemos prever se o Banco Central ou o governo federal brasileiro continuará a permitir que o real flutue livremente ou se intervirá no mercado de câmbio por meio da reimplementação de um sistema de bandas cambiais ou de outra forma. O real pode desvalorizar ou valorizar substancialmente em relação ao dólar norte-americano no futuro.

2.2 Resultados operacional e financeiro

Além disso, a legislação brasileira prevê que, sempre que houver grave desequilíbrio na balança de pagamentos do Brasil ou sérias razões para prever um grave desequilíbrio, poderão ser impostas restrições temporárias às remessas de capitais estrangeiros para o exterior. Não podemos garantir que tais medidas não serão tomadas pelo governo federal brasileiro no futuro. Vide “Seção 4 – Fatores de Risco - Riscos Relacionados ao Brasil e à Economia Global – A instabilidade da taxa de câmbio pode ter efeitos adversos sobre a economia brasileira, sobre nós e sobre o preço de nossos valores mobiliários”.

As tabelas a seguir apresentam a taxa de venda, expressa em reais por dólar norte-americano (R\$/US\$), para os períodos indicados, conforme informado pelo Banco Central:

Exercício findo em 31 de dezembro	Fim do período	Média <sup>(1)</sup>	Baixo	Alto
2021	5.580,5000	5.395,6000	4.920,6000	5.839,7000
2022	5.217,7000	5.165,4000	4.617,5000	5.704,2000
2023	4.841,3000	4.995,3500	4.720,2000	5.445,9000

Fontes: Banco Central.

(1) Representa a média das taxas de câmbio no fechamento de cada dia durante o ano.

(2) Representa a média das taxas de câmbio no fechamento de cada dia durante o mês

## 2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

### **a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2**

As seguintes normas novas ou revisadas foram emitidas pelo IASB e foram efetivos para o exercício coberto pelas demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, e não tiveram impacto material nestas demonstrações financeiras consolidadas.

- Definição de estimativas contábeis - Alterações ao IAS 8: traz a definição de estimativas contábeis como valores monetários suscetíveis às incertezas em sua mensuração. Entre essas estimativas podemos citar a perda esperada de crédito e o valor justo de ativos e passivos.
- Classificação dos Passivos como Circulante ou Não Circulante – Alterações à IAS 1: esclarece quando levar em conta as condições contratuais (covenants) que possam impactar o direito incondicional de adiar a liquidação do passivo pelo período mínimo de 12 meses após o encerramento do relatório, além de estabelecer requisitos de divulgação para os passivos com covenants classificados como não circulantes. Essas mudanças entrarão em vigor a partir do início do exercício financeiro de 2024.
- Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2: dizem respeito às informações referentes às políticas contábeis. Estabelece que somente informações relevantes sobre políticas contábeis sejam divulgadas, excluindo informações que dupliquem ou resumam os requerimentos das normas IFRS.
- Imposto diferido em operações de arrendamentos – Alterações ao IAS 12: esclarecem que a isenção para contabilização de impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias geradas no reconhecimento inicial de ativos ou passivos não se aplica às operações de arrendamento.
- Contratos de Seguros - IFRS 17: A norma sobre Contratos de Seguros substitui a IFRS 4 - Contratos de Seguros, e traz mudanças importantes na mensuração, reconhecimento e divulgação desses contratos, por meio de metodologias específicas para cada tipo de acordo.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, uma série de novas normas, alterações e interpretações entraram em vigor para o período coberto pelas demonstrações financeiras em IFRS, nenhuma das quais teve impacto relevante sobre as informações apresentadas nos itens 2.1 e 2.2 acima.

### **b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor**

Não aplicável, tendo em vista que não há em relação às Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, opinião modificada e/ou parágrafos de ênfase no relatório dos Auditores Independentes.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

### a. introdução ou alienação de segmento operacional

Os segmentos operacionais são divulgados com base nas informações internas que são utilizadas pelo principal tomador de decisões operacionais para alocar recursos e avaliar o desempenho. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos, avaliação de desempenho dos segmentos operacionais e responsável pela tomada de decisões estratégicas para o Inter é o Conselho de Administração.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Inter mudou a estrutura dos segmentos operacionais para refletir em suas Demonstrações Financeiras, de forma consistente, a forma como são elaborados seus relatórios internos. A nova estrutura está refletida para os períodos corrente e anteriores, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 5 das Demonstrações Financeiras - Informações por segmento. As operações do Inter estão divididas em cinco segmentos reportáveis: Banking; Investimentos; Seguros; Shopping e Outros.

### b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária em outras empresas por parte do Grupo, conforme abaixo:

- Em 12 de fevereiro de 2021, o Grupo adquiriu 60% do capital social da Acerto Cobrança e Informações Cadastrais S.A. (“Acerto”), uma plataforma pioneira no modelo de Winback (estratégia de "trazer o cliente de volta") do mercado brasileiro, com processos digitais focados na experiência do cliente final, com performance superior à de fornecedores que atuam separadamente em cada um dos pilares;
- Em 05 de março de 2021, o Grupo adquiriu 45% da Granito Soluções em Pagamento S.A. (“Granito”), em linha com a estratégia do Grupo de adquirir novas empresas de forte base tecnológica e perfil inovador. Fundada em 2015, a Granito atua no setor de captura de pagamento (adquirência), desenvolvendo produtos customizados para seus clientes;
- Em 13 de maio de 2021, o Grupo adquiriu o controle da Inter Food, cujo objetivo será oferecer programa de benefícios via aplicativo para consumidores e restaurantes por meio de um aplicativo para consumidores e restaurantes da marca Inter Food, cujas operações da Inter Food são realizadas dentro da controlada Inter Marketplace Ltda. Este novo investimento, somado à parceria junto à Delivery Center, fortalece a proposta de valor para o cliente e consolida a vertical de alimentação da Inter Shop, que passará a contar com experiências on e off-line em todo Brasil;
- Em 1º de julho de 2021, o Grupo adquiriu a participação societária de 50% na IM Designs Desenvolvimento de Software Ltda. (“IM Designs”). A IM Designs é uma empresa especializada no desenvolvimento de tecnologias e ferramentas imersivas em 3D para a criação de projetos de visualização de ambientes internos e externos por meio de realidade virtual (VR), realidade aumentada (AR) e realidade mista (MR). Possui parceria com a maior provedora de softwares do segmento de engenharia e arquitetura, a Autodesk®, fazendo parte de um seleto grupo de empresas com acesso às suas versões Beta. Com a aquisição de participação na IM Designs, o Grupo passa a investir em novas tecnologias que possam transformar a experiência dos clientes (UX e UI) em seu ecossistema e busca manter o posicionamento de vanguarda de seu Super App.
- Em 20 de dezembro de 2021, a controlada Inter Marketplace Ltda. adquiriu a “Inter Café”, prestadora de serviços focada na venda de alimentos e bebidas não alcoólicas e adquiriu a “Inter Boutiques”, especializada na venda de roupas e objetos personalizados, com foco exclusivo em vendas pelo aplicativo. Este novo investimento terá experiências online e offline em todo o Brasil. Adicionando continuidade na prestação de serviços de venda de mercadorias na plataforma digital oferecida pelo Marketplace.

## 2.4 Efeitos relevantes nas DFs

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022 houve aquisição de participação societária em outras empresas por parte do Grupo, conforme abaixo:

- Em 14 de janeiro de 2022, o Grupo concluiu a operação de aquisição de 100% do capital da controlada Inter & Co Payments, Inc (anteriormente denominada USEND ou Pronto Money Transfer, Inc). Ela é uma empresa americana com experiência na área de câmbio e serviços financeiros, oferecendo, entre outros produtos, uma solução de Conta Global digital para realizar transferências de dinheiro entre países. Possui licenças para atuar como transmissor de dinheiro em mais de 40 estados norte-americanos, podendo oferecer serviços como carteira digital, cartão de débito, pagamento de contas, entre outros aos residentes norte-americanos.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023 não houve aquisição de participação societária em outras empresas.

### c. eventos ou operações não usuais

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, não ocorreu nenhum evento ou operação não usual no Grupo que tenha causado ou que se espera que venha causar algum impacto significativo em seus resultados

## 2.5 Medições não contábeis

Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

### a. informar o valor das medições não contábeis

#### Carteira de Crédito Bruta

Definimos Carteira de Crédito Bruta como a soma dos empréstimos e adiantamentos a clientes e empréstimos a instituições financeiras, exceto para 31 de dezembro de 2020, quando a Carteira de Crédito Bruta equivale a empréstimos e adiantamentos a clientes. Acreditamos que a soma de empréstimos e adiantamentos a clientes e empréstimos a instituições financeiras nos proporciona uma visão completa do saldo de nossa carteira, pois os empréstimos a instituições financeiras estão relacionados à antecipação de recebíveis de cartão de crédito, que são operações de crédito. Usamos essa medida financeira para monitorar a evolução de nossa carteira de crédito.

#### SG&A

O SG&A é definido como a soma de nossas despesas de pessoal, outras despesas administrativas e depreciação e amortização menos as despesas tributárias. Para fins desta medida, deduzimos as despesas tributárias de outras despesas administrativas que se relacionam ao imposto brasileiro sobre circulação de mercadorias e serviços (ICMS) que pagamos nas vendas feitas por meio do Inter Shop. Usamos essa medida financeira Não-GAAP como um componente do Índice de Eficiência e da Receita Líquida de Serviços/SG&A, que são outras medidas financeiras NãoGAAP que utilizamos.

#### Índice de Eficiência

O Índice de Eficiência é o nosso SG&A dividido pela receita líquida menos as despesas tributárias. Para fins dessa medida, deduzimos as despesas tributárias da receita líquida, pois consideramos esses impostos como um custo inerente à prestação dos nossos serviços. Usamos essa medida financeira Não-GAAP para monitorar a evolução das nossas principais despesas em relação à diferença entre receita líquida e despesas tributárias.

#### ROAE

Para períodos anuais, calculamos o ROAE como lucro do ano dividido pelo patrimônio líquido médio, que é calculado como patrimônio líquido total no final do ano mais patrimônio líquido total no final do ano anterior dividido por dois. O ROAE é uma medida de rentabilidade que representa o lucro que somos capazes de gerar utilizando os recursos de nossos acionistas. Nossa administração utiliza o ROAE para orientar suas ações visando à maximização de nossos retornos.

#### Cost of Risk

Para períodos anuais, calculamos o Cost of Risk como resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros dividido pela média da Carteira de Crédito Bruta, que é calculada como Carteira de Crédito Bruta ao final do ano aplicável acrescida da Carteira de Crédito Bruta ao final do ano anterior dividida por dois. Acreditamos que o Cost of Risk nos fornece uma visão útil sobre nosso risco materializado de crédito como proporção de nossa carteira de crédito global. Utilizamos o Cost of Risk para monitorar nossas perdas esperadas de crédito em relação à nossa carteira de crédito.

#### Receita Líquida de Serviços e Receita Líquida de Serviços/SG&A



## 2.5 Medições não contábeis

Definimos Receita Líquida de Serviços como receitas de serviços e comissões menos despesas de serviços e comissões mais outras receitas. A Receita Líquida de Serviços representa a receita de nossas operações não relacionadas a crédito. Usamos a Receita Líquida de Serviços como um componente da Receita Líquida de Serviços/SG&A e da Fee Revenue Ratio.

Definimos Receita Líquida de Serviços/SG&A como Receita Líquida de Serviços dividida por SG&A. A Receita Líquida de Serviços/SG&A representa nossa capacidade de cobrir nossas principais despesas com a receita de nossas operações não relacionadas a crédito. Utilizamos essa métrica para acompanhar o crescimento e a rentabilidade de nossas operações não relacionadas a crédito.

### **Fee Revenue Ratio**

Definimos Fee Revenue Ratio como a Receita Líquida de Serviços dividida pela receita líquida. A Fee Revenue Ratio representa a divisão de nossas receitas entre as receitas decorrentes de nossas operações de crédito e as receitas decorrentes de outras fontes de receita. Utilizamos a Fee Revenue Ratio para monitorar nossa capacidade de expandir nossas operações que não sejam relacionadas a crédito.

### **Funding**

Definimos Funding como a soma de passivos com clientes, títulos emitidos, obrigações por operações compromissadas, depósitos interfinanceiros e empréstimos e repasses. Usamos o Funding para monitorar a eficácia de nossas iniciativas focadas no cliente para fazer depósitos conosco ou adquirir títulos bancários que emitimos por meio de nossa plataforma. As tabelas abaixo contêm uma reconciliação do Funding a partir das datas indicadas.

### **Custo de Funding**

Para períodos anuais, definimos Custo de Funding como despesas com juros divididas pelo Funding médio, que é calculado como Funding ao final do período aplicável acrescido de Funding ao final do ano anterior, dividido por dois. Às vezes, expressamos o Custo de Funding como um percentual da taxa média anualizada do depósito interbancário brasileiro (CDI) para o mesmo período.

O Custo de Funding representa a taxa de juros média que pagamos em conexão com nosso Funding. Usamos o Custo de Funding para monitorar nossa capacidade de manter uma base de financiamento econômica e como proxy de nossos custos para adquirir fundos para nossas operações.

### **Receita Bruta Total**

Definimos Receita Bruta Total como a soma das receitas de juros, receitas de serviços e comissões, despesas de cashback, Inter Loop, outras receitas, resultado de títulos e valores mobiliários e ganhos/(perdas) líquidos de derivativos. A Receita Bruta Total representa nossas receitas totais sem considerar quaisquer despesas ou outras deduções. As despesas de cashback e Inter Loop são adicionadas ao calcular a Receita Bruta Total porque a receita de serviços e comissões é apresentada líquida das despesas de cashback e Inter Loop nas demonstrações financeiras. Usamos a Receita Bruta Total como medida para avaliar o efeito de nosso cashback e outras iniciativas de desconto semelhantes em nossa capacidade de gerar receita bruta.

### **Carteira Remunerada**

2.5 Medições não contábeis

Definimos Carteira Remunerada como a soma de empréstimos a instituições financeiras, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de provisões para perdas esperadas. A Carteira Remunerada representa o montante total de nossos ativos que geram juros ou que geraram juros de alguma outra forma em conexão com nossas operações bancárias (por exemplo, antecipação de recebíveis de cartão de crédito por meio de empréstimos a instituições financeiras). Usamos a Carteira Remunerada como um componente do NIM e NIM Excluindo a Carteira à Vista de Cartão de Crédito.

NIM

Para períodos anuais, calculamos o NIM como Receita Líquida de Crédito dividida pela média da Carteira Remunerada, que é calculada como Carteira Remunerada no final do ano aplicável mais a Carteira Remunerada no final do ano anterior dividida por dois.

O NIM representa nossa capacidade de gerar receita de juros a partir de nossa Carteira Remunerada. Usamos o NIM/NIM Anualizado para monitorar a eficácia de nossas iniciativas para aumentar nosso potencial de ganho de juros.

NIM Excluindo Carteira à Vista de Cartão de Crédito

Para períodos anuais, calculamos o NIM excluindo a Carteira à Vista de Cartão de Crédito como Receita Líquida de Crédito dividida pela média da Carteira Remunerada menos a Carteira à Vista de Cartão de Crédito, que é calculada como Carteira Remunerada menos Carteira à Vista de Cartão de Crédito cada um no final do ano aplicável mais Carteira Remunerada menos Carteira à Vista de Cartão de Crédito cada um no final do ano anterior dividido por dois.

NIM excluindo Carteira à Vista de Cartão de Crédito representa nossa capacidade de gerar receita de juros de nossa carteira de ativos. A Carteira à Vista de Cartão de Crédito refere-se ao balanço de pagamentos que recebemos feitos com cartões de crédito, o que só geraria juros em caso de inadimplência por parte do emissor do cartão de crédito. Excluimos a Carteira à Vista de Cartão de Crédito nesta medida financeira, pois não esperamos que tal inadimplência aconteça devido ao funcionamento do sistema de pagamento com cartão de crédito. Usamos o NIM excluindo carteira à vista de cartão de crédito para monitorar a eficácia de nossas iniciativas para aumentar nosso potencial de ganho de juros.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

Carteira de Crédito Bruta

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de provisão	27.900.543	21.379.916
Provisão para perdas esperadas	1.883.758	1.318.412
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	1.236.536	1.845.665
Carteira de Crédito Bruta	31.020.837	24.543.993

2.5 Medições não contábeis

SG&A

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Despesa de pessoal	790.739	733.605
Despesas administrativas	1.461.348	1.494.484
Depreciação e amortização	160.440	163.972
SG&A	2.412.527	2.392.061

Índice de Eficiência

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
SG&A	2.412.527	2.392.061
Receita líquida	5	3.562.697
Despesas tributárias	(326.584)	(248.588)
Receita líquida menos despesas tributárias	4.425.992	3.314.109
Índice de Eficiência	54,5 %	72,2 %

ROAE

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Lucro/prejuízo do exercício	352.260	(14.079)
Patrimônio líquido total	7.596.691	7.089.104
Patrimônio líquido total no final do ano anterior	7.089.104	8.449.784
Patrimônio líquido médio	7.342.898	7.769.444
ROAE	4,8 %	(0,2)%

Cost of Risk

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Resultado de perdas por redução ao valor recuperável de ativos financeiros.	(1.541.584)	(1.083.237)
Carteira de Crédito Bruta	31.020.837	24.543.993
Carteira de Crédito Bruta ao final do exercício anterior	24.543.993	17.514.466
Carteira de Crédito Bruta média	27.782.415	21.029.230
Cost of Risk	5,5 %	5,2 %

## 2.5 Medições não contábeis

### Receita Líquida de Serviços e Receita Líquida de Serviços/SG&A

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Receita líquida de serviços e comissões	1.304.382	968.039
Despesas de serviços e comissões	(135.582)	(129.233)
Outras receitas	375.688	388.462
<b>Receita Líquida de Serviços</b>	<b>1.544.488</b>	<b>1.227.268</b>
SG&A	2.412.527	2.392.061
Receita Líquida de Serviços / SG&A	64,0 %	51,3 %

### Fee Revenue Ratio

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Receita Líquida de Serviços	1.544.488	1.227.268
Receita líquida	4.752.576	3.562.697
Fee Revenue Ratio	32,5 %	34,4 %

### Funding

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Passivos com clientes	32.651.620	23.642.804
Títulos emitidos	8.095.042	6.202.165
Obrigações por operações compromissadas	1.011.092	1.902.873
Depósitos interfinanceiros	1.647.866	732.528
Empréstimos e repasses	107.412	36.448
<b>Funding</b>	<b>43.513</b>	<b>32.517</b>

### Custo de Funding

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Despesas de juros	2.887.573	1.972.850
Funding	43.513.032	32.516.818
Funding no final do exercício anterior	32.516.818	23.043.717
Funding médio	38.014.925	27.780.268
Custo de Funding	7,6 %	7,1 %

2.5 Medições não contábeis

Receita Bruta Total

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Receita de juros	4.549.827	2.802.658
Receita líquida de serviços e comissões	1.304.382	968.039
Despesas de cashback	236.482	321.438
Inter Loop	66.571	—
Outras receitas	375.688	388.462
Resultado de títulos e valores mobiliários e derivativos	1.545.835	1.505.621
Receita Bruta Total	8.079	5.986

Carteira Remunerada

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Empréstimos a instituições financeiras	3.718.506	4.258.856
Títulos e valores mobiliários	16.868.112	12.448.565
Instrumentos financeiros derivativos	4.238	—
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos de provisão para perdas esperadas	27.900.543	21.379.916
Carteira Remunerada	48.491	38.087

NIM

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Receita líquida de juros e receita de títulos e valores mobiliários e derivativos	3.208.088	2.335.429
Carteira Remunerada	48.491.399	38.087.337
Carteira Remunerada ao final do exercício anterior	38.087.337	31.431.927
Carteira Remunerada Média	43.289.368	34.759.632
NIM	7,4 %	6,7 %

NIM Excluindo Carteira à Vista de Cartão de Crédito

	31/12/2023 (em milhares R\$)	31/12/2022 (em milhares de R\$)
Receita líquida de juros e receita de títulos e valores mobiliários e derivativos	3.208.088	2.335.429
Carteira Remunerada	48.491.399	38.087.337
Carteira à vista de cartão de crédito	(7.490.011)	(5.411.798)
Carteira Remunerada menos carteira à vista de cartão de crédito	41.001.388	32.675.539
Carteira Remunerada ao final do exercício anterior	38.087.337	31.431.927
Carteira à vista de cartão de crédito ao final do exercício anterior	(5.411.798)	(4.122.313)
Carteira Remunerada menos carteira à vista de cartão de crédito ao final do exercício anterior	32.675.539	27.309.614
Carteira Remunerada Média menos carteira à vista de cartão de crédito	36.838.464	29.992.577
NIM Excluindo Carteira à Vista de Cartão de Crédito	8,7 %	7,8 %

## 2.5 Medições não contábeis

**c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações**

A Inter&Co utiliza tais medições por entender que elas representam as métricas usualmente utilizadas no mercado brasileiro e por investidores em geral para diagnosticar e analisar as operações da Companhia. Além disso, utiliza tais métricas para guiar as ações da Administração do Inter com o intuito de maximizar sua performance financeira e operacional, bem como a lucratividade da participação dos seus acionistas.

## 2.6 Eventos subsequentes as DFs

Em relação às Demonstrações Financeiras consolidadas da Inter&Co relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, ocorreram os seguintes eventos subsequentes:

### a) Oferta Pública Subsequente

Em 16 de janeiro de 2024, a Inter&Co anunciou o início da oferta pública subsequente de 32.000.000 (trinta e dois milhões) de ações ordinárias classe A. A oferta foi precificada em 18 de janeiro de 2024 a R\$ 21,74 (US\$ 4,40) por ação, e a liquidação da oferta ocorreu em 22 de janeiro de 2024, resultando em uma captação bruta de R\$ 619.520.000 (US\$ 140.800.000).

Adicionalmente, a Companhia concedeu aos coordenadores da oferta a opção de compra de até 4.800.000 ações ordinárias classe A adicionais por até 30 dias a partir da data da oferta.

### b) Ação Judicial nos Estados Unidos

Em 2 de janeiro de 2024, o requerente Eddie Verri entrou com uma suposta ação coletiva no Tribunal Distrital dos Estados Unidos contra a Inter&Co Payments, Inc., alegando violações da Lei de Proteção ao Consumidor de Telefonia (a “TCPA”). O Sr. Verri está buscando indenização por danos legais em seu nome e em nome de todos os membros da suposta classe que ele procura representar. As alegações decorrem de mensagens de texto supostamente enviadas sem consentimento ao autor e a outros clientes cujos números de telefones celulares estavam supostamente registrados no National Do Not Call Registry. O montante total em causa não foi especificado na reclamação. Os danos legais para cada mensagem de texto considerada enviada em violação da TCPA são de até US\$ 500 (para uma violação negligente) e de até US\$ 1.500 (para violações conscientes ou intencionais). Apresentamos uma resposta afirmando nossas defesas à reclamação. Pretendemos continuar a defender vigorosamente o caso.

### d) Opções de Venda de Ações Inter&Co Payments

Pagamos parte do preço de compra da aquisição da Inter&Co Payments, Inc usando nossas ações ordinárias Classe A e concedemos aos antigos acionistas da Inter&Co Payments, Inc opções de venda para vender tais ações ordinárias Classe A de volta para nós, sujeitas aos termos e condições estabelecidos em os documentos de aquisição da Inter&Co Payments, Inc. Em janeiro de 2024, os antigos acionistas da Inter&Co Payments, Inc exerceram outra parte de suas opções de venda e, em conexão com esse exercício, adquirimos 160.875 ações ordinárias classe A por um preço médio de US\$ 20,51 por ação (equivalente a R\$ 101,28 por ação com base na taxa de câmbio de venda de R\$ 4,9381 vigente em 31 de dezembro de 2023 conforme divulgada pelo Banco Central).

### e) Pagamento de Dividendos

Em abril de 2024, a Inter&Co declarou e pagou dividendos em dinheiro de US\$ 0,03 por ação ordinária.

## 2.7 Destinação de resultados

Período	2023
<b>(a) Regras sobre retenção de lucros</b>	A Companhia não é obrigada a reter lucros ou manter reservas de lucro ou de capital, nos termos da legislação das Ilhas Cayman ou de seu estatuto social. Os membros do Conselho de Administração da Companhia podem decidir pela retenção de lucros.
<b>(a.i) Valores das Retenções de Lucros</b>	A Companhia não é obrigada a reter lucros ou manter reservas de lucro ou de capital, nos termos da legislação das Ilhas Cayman ou de seu estatuto social. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023 foi apurado lucro e o Conselho de Administração aprovou o pagamento de dividendos e retenção de lucros.
<b>(a ii) Percentuais em relação aos Lucros Totais Declarados</b>	
<b>(b) Regras sobre distribuição de dividendos</b>	De acordo com o Companies Act das Ilhas Cayman, a Assembleia Ordinária da Companhia poderá deliberar acerca do pagamento de dividendos com base em suas reservas passíveis de distribuição (lucros retidos ou correntes) ou com base na conta de prêmio de emissão (share premium account).
<b>(c) Periodicidade das distribuições de dividendos</b>	O Memorando e Estatuto Social da Companhia dispõem que o Conselho de Administração decidirá a periodicidade da distribuição de dividendos, que será realizada na proporção das ações detidas por cada acionista.
<b>(d) Eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais</b>	Nos termos da legislação das Ilhas Cayman, a distribuição de dividendos fica vedada quando a Companhia não tiver capacidade de pagamento das suas dívidas no curso normal dos negócios ou se o pagamento dos dividendos resultarem em tal situação.
<b>(e) Se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informando órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado</b>	Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada.



## 2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

**a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**

**i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**

**ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

**iii. contratos de construção não terminada**

**iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Todos os ativos e passivos assumidos pela Inter&Co estão registrados em seu balanço patrimonial. Portanto, não há ativos ou passivos detidos pela Inter&Co que não estejam evidenciados em seu balanço patrimonial.

**b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Inter&Co.

## 2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

**a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Inter&Co.

**b. natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Inter&Co.

**c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação**

Não aplicável, tendo em vista que não existem outros itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Inter&Co.

## 2.10 Planos de negócios

### a. investimentos, incluindo:

#### i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

O Grupo pretende fortalecer seu posicionamento como uma plataforma digital completa, que inclui serviços financeiros e não financeiros. Do lado financeiro, oferecemos diversos produtos como a conta corrente 100% digital, cartões de crédito e débito, produtos de câmbio, seguros, investimentos, através de uma plataforma aberta, que inclui produtos da Companhia e de terceiros, home broker e diversos fundos de investimento, com cashback de taxas de administração. Do lado de produtos não financeiros, o marketplace é composto por uma plataforma de e-commerce (shopping), e venda de serviços como recarga de celular, pagamento de estacionamento, gift cards, planos de telefonia móvel pela Intercel, dentre outros.

Além do foco no crescimento e evolução constante nos produtos já existentes, o Grupo e suas controladas continuamente analisam potenciais serviços para ampliar a oferta no Super App.

Em 2021, foram celebradas e/ou concluídas duas aquisições: (i) do Duo Gourmet; e (ii) da IM Designs. Maiores detalhes sobre essas transações estão indicados no item 1.1 deste Formulário de Referência. Em 2022 foi concluída a aquisição da USEND (atualmente Inter&Co Payments). Maiores detalhes sobre essas transações estão indicados no item 1.1 deste Formulário de Referência. Em 2023, adquirimos a YellowFi Mortgage LLC e a YellowFi Management LLC, empresas de responsabilidade limitada da Flórida, por meio de uma combinação de dinheiro e ações ordinárias classe A. A YellowFi Mortgage LLC e a YellowFi Management LLC passaram a se chamar Inter US Finance e Inter US Management, respectivamente.

Realizamos investimentos significativos em tecnologia e inovação para nos permitir lançar novos produtos e mantê-los em constante melhoria ao longo do tempo. Esses investimentos buscam garantir a disponibilidade, estabilidade e segurança das transações, além de oferecer uma melhor experiência ao cliente, maior agilidade no desenvolvimento de novos produtos, ao mesmo tempo em que geram ganhos de eficiência.

Em linha com seu plano de negócios, a Companhia espera realizar os seguintes investimentos nos próximos anos:

- *Inter Shop*: Nossa plataforma Inter Shop agrega produtos e serviços não financeiros, como compras, estacionamento, recarga de celular e cartões-presente. Esperamos investir em produtos novos e existentes, incluindo tecnologia, integrações, recursos e novos projetos de parceria, bem como melhorias no back-office, experiência do usuário (UX) e interface do usuário (UI).
- *Atendimento ao cliente e experiência do Super App*: Buscamos continuamente formas de melhorar nossos canais para melhor atender aos clientes, colaborando com o alto NPS registrado nos últimos anos. Em 2024, pretendemos melhorar nosso contato com os clientes e aprimorar a experiência do Super App, como a integração de novos clientes e personalização do aplicativo.
- *Lançamento de novos produtos e serviços*: Desenvolvemos e lançamos continuamente novos produtos e serviços de todas as verticais de negócios em nossa plataforma, aumentando a proposta de valor para nossos clientes.
- *Internacionalização*: Pretendemos expandir a oferta de nossos produtos e serviços, como Inter Shop, nossa plataforma de investimento, corretagem de seguros e conta bancária digital por meio de nossa Global Account, fora do Brasil, mais especificamente nos Estados Unidos.

Além dos projetos mencionados acima, planejamos investimentos em segurança de dados, processo de coleta, plataforma de risco operacional e controles internos, automação de processos, integrações de sistemas e melhorias nos sistemas.

#### ii. fontes de financiamento dos investimentos

## 2.10 Planos de negócios

Os investimentos da Companhia são financiados com recursos próprios decorrentes de sua geração de caixa em razão do exercício regular de suas atividades, bem como através dos recursos captados em ofertas primárias de ações realizadas.

### *iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Não há desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

### **b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Não há aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos já divulgados que possam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

### **c. novos produtos e serviços, indicando:**

#### *i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

O Grupo não possui uma estrutura específica de pesquisa e desenvolvimento (“P&D”). O Grupo adota um modelo de inovação contínua através no qual pesquisas de mercado são realizadas de forma constante e novos produtos e serviços são continuamente lançados, testados e otimizados, objetivando a entrega de uma plataforma sofisticada, ágil, e com alto valor agregado.

- Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Conforme mencionado no item 2.10.c (i) acima, o Grupo não possui uma estrutura específica dedicada à P&D.

- Projetos em desenvolvimento já divulgados

Todos os projetos em desenvolvimento estão considerados no item 2.10.a (i) acima.

- Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

O investimento no desenvolvimento de novos produtos e serviços do Grupo faz parte da rotina diária de todas as áreas de negócio, em conjunto com as equipes de cada produto, Business Development, Governança de Dados e Tecnologia. Em 2023, investimos cerca de R\$ 183 milhões, conforme estimativas dos projetos destacados no item 2.10.a (i) acima.

### **d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG**

Apesar de não estar incluído formalmente no seu plano de negócios, a Companhia, por meio de suas controladas, inclui os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) no dia a dia de suas operações, estando comprometida com quatro áreas temáticas propostas pelo Pacto Global da ONU em 2020: Direitos Humanos, Trabalho, Meio Ambiente e Anticorrupção.

Neste sentido, destacamos a seguir os ODS prioritários do Inter:

2.10 Planos de negócios

ODS	Descrição	Materialidade relacionada	Conexão com o Inter
<div>10</div> <div>REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES</div> <div></div>	Reduzir as desigualdades no interior dos países e entre países.	Desempenho Econômico, Educação Financeira, Inclusão Digital, Responsabilidade Social.	Ao oferecer contas digitais, gratuitas e completas para todos, e de forma simples, universalizamos os serviços bancários e promovemos ativamente a inclusão financeira e social.
<div>8</div> <div>TRABALHO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO</div> <div></div>	Promover o crescimento econômico inclusivo e sustentável, o emprego pleno e produtivo e o trabalho digno para todos.	Desempenho Econômico, Inovação e Negócios, Atração e Retenção de Talentos.	Ofertamos uma plataforma completa e gratuita com serviços financeiros e não financeiros para PF e PJ, estimulando diretamente o crescimento e desenvolvimento econômico. Além disso, focamos na criação de um ambiente de trabalho que preza pela qualidade de vida e das relações.
<div>9</div> <div>INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA</div> <div></div>	Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.	Inovação e Negócios, Inclusão Digital, Crédito Sustentável.	A inovação é um dos nossos pilares, e estamos constantemente inovando na criação de novos produtos para simplificar a vida das pessoas. Assim, vamos aos poucos ajudando a transformar o mercado financeiro em um mercado mais justo e inclusivo.
<div>12</div> <div>CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS</div> <div></div>	Garantir padrões de consumo e de produção sustentáveis.	Consumo Consciente, Crédito Sustentável, Investimento Sustentável.	Fomentamos padrões de consumo responsáveis através do uso da nossa própria plataforma e das nossas estruturas físicas, já que ambas são muito ecoeficientes. Além disso, usamos nossos canais de comunicação para comunicar sobre sustentabilidade e promover o comportamento sustentável.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

### **Publicidade, Patrocínio, Parcerias e Convênios**

A Inter & Co, por meio das suas controladas, tem como uma de suas premissas estimular o desenvolvimento social e cultural das comunidades com as quais se relaciona no exercício regular de suas atividades. Neste sentido, o Grupo constantemente avalia projetos e iniciativas que possuam como objetivo estreitar o relacionamento com a comunidade e estimular o desenvolvimento dos valores defendidos por este.

A Inter & Co atua com campanhas publicitárias em canais digitais, utilizando as redes sociais como seu principal canal de aquisição de novos clientes e relacionamento com os já existentes.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, a Inter & Co incorreu em despesas para campanhas de publicidade, apoio/patrocínio de projetos sociais, culturais, e esportivos no valor de R\$ 93,5 milhões.

### **Informações Estatísticas Seleccionadas**

Em adição às informações disponibilizadas neste item, o Grupo apresenta, a seguir, informações estatísticas seleccionadas pertinentes à sua situação financeira, de sua carteira de crédito e de seus ativos e passivos.

As informações disponibilizadas referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 são derivadas das demonstrações financeiras consolidadas da Inter & Co, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro, ou IFRS, conforme emitidas pelo International Accounting Standards Board, ou IASB.

Os saldos médios foram calculados tendo como base o total dos balanços do final dos meses. A Inter & Co acredita que os dados médios apresentados refletem precisamente em todos os aspectos das nossas condições financeiras e resultados operacionais nas datas e para os períodos especificados.

### **Saldos médios, juros recebidos de ativos e juros pagos de passivos**

O retorno (ou rendimento) foi calculado pelo valor da receita ou despesa de juros no período dividido pelo saldo médio.

## 2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

A tabela a seguir apresenta os saldos médios dos ativos, passivos e patrimônio líquido, os juros recebidos ou pagos e as taxas de juros médias para os ativos que geram juros e passivos que pagam juros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022			Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021		
	Saldo Médio <sup>(1)</sup>	Receitas/(Despesas) Financeiras <sup>(2)</sup>	Taxa Média (%)	Saldo Médio <sup>(1)</sup>	Receitas/(Despesas) Financeiras <sup>(2)</sup>	Taxa Média (%)
	(em R\$ milhões, exceto percentuais)			(em R\$ milhões, exceto percentuais)		
ATIVO						
Ativos que geram juros:						
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquido de perdas esperadas	18.683,1	2.557,7	13,7 %	13.166,9	1.359,2	10,3 %
Operações compromissadas	733,1	221,1	30,2 %	949,6	71,1	7,5 %
Títulos e valores mobiliários	12.619,9	1.471,7	11,7 %	10.102,2	745,6	7,4 %
Caixa e equivalentes de caixa em moeda	283,1	20,1	7,1 %	—	—	— %
Ativos que geram juros totais	32.319,2	4.270,7	13,2 %	24.849,7	2.175,9	8,8 %
Caixa e equivalentes de caixa	25.140,0	—	— %	—	—	— %
Empréstimos e adiantamentos a instituições financeiras	2.549,4	—	— %	1.112,5	—	— %
Instrumentos financeiros derivativos	7,6	—	— %	143,5	—	— %
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	2.534,9	—	— %	1.980,6	—	— %
Ativos fiscais diferidos	889,3	—	— %	431,4	—	— %
Ativos não circulantes mantidos para venda	156,5	—	— %	128,8	—	— %
Investimentos	77,0	—	— %	147,1	—	— %
Imobilizado	197,8	—	— %	155,6	—	— %
Intangível	1.259,7	—	— %	331,9	—	— %
Outros ativos	1.121,5	—	— %	799,3	—	— %
Ativos Totais	41.364,4	4.270,7	10,3 %	30.459,7	2.175,9	7,1 %
PASSIVO						
Passivos que pagam juros:						
Depósitos a prazo	8.856,0	(1.057,6)	(11,9) %	6.060,5	(294,2)	(4,9) %
Depósitos poupança	1.213,8	(81,0)	(6,7) %	1.052,9	(25,6)	(2,4) %
Títulos emitidos	5.447,4	(689,8)	(12,7) % <sup>2</sup>	2.431,9	(207,7)	(8,5) %
Operações compromissadas	1.668,3	(77,3)	(4,6) %	611,0	(10,1)	(1,7) %
Empréstimos e repasses	33,0	(6,7)	(20,3) %	31,5	(0,2)	(0,5) %
Passivos que pagam juros totais	17.218,5	(1.912,5)	(11,1) %	10.535,8	(537,8)	(5,1) %
Passivos que não pagam juros:						
Depósitos a vista	10.007,4	—	— %	8.283,2	—	— %
Credores por recursos a liberar	229,0	—	— %	153,4	—	— %
Passivos com instituições financeiras	5.135,3	—	— %	2.912,6	—	— %
Imposto de renda e contribuição social	82,7	—	— %	21,6	—	— %
Outros passivos fiscais	111,5	—	— %	28,7	—	— %
Provisões	58,3	—	— %	39,4	—	— %
Instrumentos financeiros derivativos passivos	70,6	—	— %	80,0	—	— %
Outros passivos	831,4	—	— %	616,6	—	— %
Capital social	29,7	—	— %	6.362,2	—	— %
Reservas	5.674,0	—	— %	50,3	—	— %
(-) Outros resultados abrangentes	(524,4)	—	— %	(192,4)	—	— %
(-) Ações em tesouraria	—	—	— %	(45,7)	—	— %
Patrimônio líquido + Passivos não onerosos totais	21.705,4	—	— %	18.355,9	—	— %
Participações de acionistas não controladores	2.440,5			(81,0)		
Patrimônio líquido + Passivo	41.364,4	(1.912,5)	(4,6) %	30.459,7	(537,8)	(1,8) %

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação aos riscos indicados nos itens 4.1 e 4.3, informar:

**a. se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

Para o gerenciamento de riscos, a Companhia adota as políticas aplicáveis ao Banco Inter, que é seu único ativo.

O Banco Inter possui políticas que estabelecem as diretrizes e a governança para o gerenciamento de riscos, aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Inter, conforme listadas na tabela abaixo:

Nr.	Política	Data da Aprovação	Data da última atualização
647	Política - Declaração de Appetite a Riscos	14/05/2018	16/01/2023
648	Política de Gestão Integrada de Riscos - GIR	14/05/2018	02/02/2024
563	Política de Informações Referentes à Gestão Integrada de Riscos	25/10/2013	30/12/2022
730	Política de Responsabilidade Sócio, Ambiental e Climática	15/01/2021	02/12/2022
764	Política de Gestão de Continuidade de Negócios -GCN	29/01/2021	07/02/2023
785	Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, ao Financiamento do Terrorismo e à Corrupção	12/11/2013	10/10/2023
645	Política de Compliance	20/12/2017	04/09/2023
968	Política de Controles Internos	15/05/2017	28/03/2024
709	Política de Alçada de operações de Crédito	25/11/2019	07/05/2024
689	Política Anticorrupção	11/07/2019	16/11/2023
820	Política de Conflito de Interesses	28/09/2021	31/01/2024
639	Estatuto da Auditoria Inter	22/07/2021	23/11/2023
809	Política de Investimento Social Privado	01/11/2021	25/04/2024

Com a publicação da Resolução nº 4.557/2017, do BACEN, as principais orientações de gestão dos riscos do Banco Inter foram unificadas em uma única política, denominada “GIR – Gestão Integrada de Riscos”.

A atualização periódica das políticas é realizada pelas áreas responsáveis e aprovação compete ao Conselho de Administração do Banco Inter, quando aplicável. Os documentos relacionados à gestão de riscos são revisados anualmente.

Em relação aos riscos de mercado, conforme mencionado anteriormente, a Companhia adota as políticas aplicáveis ao Banco Inter. Em razão disso, a Companhia adota os procedimentos da Política de Gerenciamento de Risco de Mercado além dos critérios definidos na Política de Gestão Integrada de Riscos (GIR) do Banco Inter conforme aplicável, ambas aprovadas pelo Conselho de Administração do Banco Inter. Tais políticas definem as diretrizes a serem seguidas pelo Banco Inter, envolvendo os aspectos quantitativos e qualitativos de exposição ao risco de mercado, bem como as métricas utilizadas para essa gestão.

**b. os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

O processo de gestão de riscos permite identificar e mensurar possíveis impactos (e alternativas) dos riscos assumidos pelo Inter frente aos seus objetivos estratégicos e apetite de risco. O Grupo Inter busca desenvolver processos e controles que permitam antecipar cenários e/ou situações que podem resultar em desequilíbrios ou desenquadramentos em relação aos níveis de risco aos quais está disposto a assumir.

*i. os riscos para os quais se busca proteção*

Os riscos abaixo relacionados compõem o conjunto de riscos corporativos relevantes do Grupo Inter:



## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- i. **Risco de Liquidez:** risco associado à ocorrência de desequilíbrios entre ativos negociáveis e passivos exigíveis - “descasamentos” entre pagamentos e recebimentos - que possam afetar a capacidade de pagamento da Companhia, levando-se em consideração as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.
- ii. **Risco de Crédito:** É a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente de deteriorações na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação, os quais incluem, ainda:

Risco de Crédito da Contraparte: É a possibilidade de não cumprimento, por determinada contraparte, de obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam a negociação de ativos financeiros, incluindo aquelas relativas à liquidação de instrumentos financeiros derivativos.

Risco de Comitente: É o risco da perda financeira decorrente do processo de encerramento de suas posições, considerando um conjunto de cenários de risco e as garantias depositadas.

Risco de Intermediadora: É a possibilidade de perdas associadas ao não cumprimento de obrigações financeiras nos termos pactuados por parte da intermediadora de operações de crédito.

Risco de Concentração: É a possibilidade de perdas de crédito decorrentes de exposições significativas a uma contraparte, a um fator de risco ou a grupos de contrapartes relacionadas por meio de características comuns.

- i. **Risco Operacional:** É a possibilidade de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou eventos externos, incluindo a possibilidade de perdas decorrentes do risco legal, decorrente da inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Companhia, bem como a sanções em razão do descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Companhia.
- ii. **Risco de Estratégia:** É a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios, ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisão.
- iii. **Risco de Reputação:** É a possibilidade de perdas decorrentes da percepção negativa sobre a Companhia por parte de clientes, contrapartes, acionistas, investidores, órgãos governamentais, comunidade ou supervisores que pode afetar adversamente a sustentabilidade do negócio.
- iv. **Risco Socioambiental:** É a possibilidade de perdas decorrentes da exposição a danos socioambientais gerados pelas atividades da Companhia.
- v. **Risco de Compliance:** É a possibilidade de perdas financeiras, de reputação e imagem resultantes de falha de cumprimento de leis, regulamentos, normas internas, código de conduta e ética e diretrizes estabelecidas para o negócio e atividades da Companhia e suas controladas.
- vi. **Risco de Mercado:** É a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de posições detidas por uma instituição financeira.

### ii. *os instrumentos utilizados para proteção*

O Grupo Inter estabeleceu políticas e estratégias para a gestão dos riscos, bem como para a gestão dos instrumentos financeiros derivativos, as quais determinam as diretrizes de atuação do Grupo no processo de gerenciamento destes riscos.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Em relação à proteção patrimonial (hedge), os instrumentos utilizados para a mitigação dos riscos são derivativos de balcão ou registrados em bolsa de valores, negociados diretamente na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão (“B3”), ou diretamente com a contraparte, tais como swap, contratos futuros e termo de moedas.

### Risco de Mercado

As práticas de gestão de risco estão alinhadas às recomendações do Pilar III do Comitê de Basileia tanto para aspectos qualitativos quanto quantitativos. O modelo de gestão de risco inclui:

- Segregação de funções;
- Estrutura específica para gestão de riscos;
- Processo de gestão definido;
- Decisões em diversos níveis hierárquicos;
- Normas claras e estrutura de competências;
- Limites e margens definidos; e
- Referência às melhores práticas de gestão.

As posições de risco de mercado são analisadas e monitoradas pelo nosso Comitê de Ativos e Passivos por meio de diversos relatórios que visam fornecer uma avaliação analítica e subsidiar as decisões de risco de mercado.

Controle e monitoramento diário dos riscos de mercado através de modelos e relatórios, considerando:

- Exposições aos riscos de mercado por fator de risco;
- Exposições aos riscos de mercado por produtos;
- Descasamento de Ativos e Passivos;
- *VaR* por fator de riscos; e
- *Delta EVE*.

### Risco de Liquidez

O Grupo Inter estabeleceu políticas e estratégias para a gestão dos riscos de liquidez. No processo de gestão de riscos de liquidez são utilizados mecanismos que detalham os procedimentos necessários à implementação das decisões relativas aos negócios e atividades do Grupo, bem como ao atendimento de exigências legais e de órgãos reguladores e fiscalizadores.

Na gestão do Risco de Liquidez são utilizados processos que avaliam, monitoram e controlam o nível de liquidez, caixa mínimo, posição de ativos com alto grau de liquidez, nível de concentração, entre outros. Adicionalmente, o Banco Inter possui um Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez, que é uma estrutura colegiada preparada para avaliar o mercado e tomar decisões que possam proteger os interesses da instituição.

### Risco de Crédito

O gerenciamento do risco de crédito do Grupo Inter é realizado com base em práticas de mercado e segue as normas de supervisão e de regulação bancária. O gerenciamento do risco de crédito envolve estratégias, processos, procedimentos, sistemas e relatórios sobre o risco de crédito.

A mensuração do risco de crédito é realizada por meio de diversos indicadores: inadimplência, atraso, qualidade da carteira, provisão para devedores duvidosos, concentração, exigência de capital regulatório, testes de estresse, entre outros, que refletem a política de mitigação de risco.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

### Risco Operacional

A gestão de riscos operacionais visa garantir a identificação e o monitoramento de eventuais falhas e melhorias operacionais, buscando uma atuação assertiva e preventiva para eliminar, reduzir e/ou mitigar eventuais riscos aos quais o Grupo Inter possa estar exposto.

O Grupo Inter efetua o mapeamento de seus riscos operacionais identificando suas principais exposições, e planejando ações para cada risco identificado. As abordagens utilizadas são Top Down à luz dos riscos estratégicos e Bottom-up, de forma complementar e de acordo às agendas regulatórias, bem como em consonâncias com as necessidades observadas nos trabalhos realizados pela gestão do risco operacional.

O Banco Inter também dispõe de outras políticas associadas ao gerenciamento do risco operacional, tais como: Prevenção e à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo, Prevenção às Fraudes, Segurança da Informação, Gestão da Continuidade de Negócios, dentre outras.

### Risco de Estratégia

O Grupo Inter adota como prática regular a análise de cenários macroeconômicos e da indústria financeira, com o objetivo de melhor avaliar os cenários, oportunidades e ameaças do mercado, buscando maior embasamento em suas decisões estratégicas, considerando a possibilidade de perdas decorrentes de mudanças adversas no ambiente de negócios ou de utilização de premissas inadequadas na tomada de decisões. A gestão do risco de estratégia é realizada por meio do planejamento estratégico, bem como do plano de capital.

A gestão do risco de estratégia é realizada por meio de avaliação e monitoramento do mercado, planejamento estratégico, bem como pelo monitoramento e análises de desvios entre os valores projetados e realizados e atualizações das projeções ao longo do ano, procurando manter essa exposição sempre equilibrada.

### Risco de Reputação

A estrutura de gerenciamento do risco de reputação envolve a gestão ampla dos processos operacionais de forma geral e dos processos de gestão da marca. No âmbito dessa atuação são monitorados indicadores relacionados à qualidade das comunicações, indicadores relacionados à marca nas redes sociais, ranking BACEN, reclamações recebidas na Ouvidoria, processos judiciais ajuizados, rating externos e relatórios de analistas de mercado.

### Risco Socioambiental

A estrutura de gestão de riscos atua avaliando, prevenindo e/ou controlando a exposição do Grupo Inter a eventos de risco socioambiental na concessão de operações de crédito, no processo de perdas operacionais, nos processos de definição da estratégia corporativa e de gestão da marca, de compras em geral, de contratações e gestão de recursos logísticos, de prospecção de investimentos e de parcerias estratégicas.

O Grupo Inter se preocupa também em investir em projetos sociais, educacionais, de incentivo ao esporte, em manutenção de áreas verdes, dentre outras ações que visam proporcionar um ambiente mais agradável e uma melhor qualidade de vida para sociedade.

### Risco de Compliance

Com o objetivo de reforçar as práticas existentes no Grupo Inter, o Conselho de Administração do Banco aprovou a Política de *Compliance*, que define os padrões de atuação para que fiquem em conformidade com as leis, regulamentos aplicáveis e normas internas que resguardam as sociedades.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Além da implementação da Política de *Compliance*, o Grupo Inter adota procedimentos padronizados para testar a aderência dos processos internos à Política de *Compliance*, bem como às demais normas internas, regulamentação e legislação aplicáveis às suas atividades. Estão envolvidos nesse processo as áreas de *Compliance*, PLD/CFT, Controles Internos, Risco Operacional e a Auditoria Interna, além dos Comitês e Comissões internos.

### Participações

Em consonância com a regulação vigente, o Grupo Inter avalia a gestão de riscos das entidades ligadas, emitindo orientações para adequação quanto ao gerenciamento dos riscos e seu alinhamento com as práticas adotadas pelo Grupo Inter.

#### *iii. a estrutura organizacional de gerenciamento de riscos*

O modelo de governança de riscos adotado pelo Grupo Inter envolve estrutura dos Comitês de Assessoramento ao Conselho do Banco Inter, tais como Comitê de Auditoria, Comitê de Risco de Crédito, Comitê de Ativos, Passivos e Liquidez e Comitê de Riscos Operacionais e Compliance.

Além do Conselho de Administração do Banco Inter, principal órgão responsável pelo gerenciamento de riscos da Companhia, fazem parte da estrutura hierárquica pelo gerenciamento de riscos e de controles, ainda que com responsabilidades conjuntas ou isoladamente: Presidência (CEO), as Vice-Presidências, o *Chief Risk Officer* (CRO), a Comitê de Auditoria Interna, Comitê de Riscos Operacionais, Governança e Integridade, Auditoria Interna, Tesouraria, *Compliance*, PLD/CFT e Controles Internos, a Diretoria Financeira e de Relações com Investidores.

Abaixo a descrição das responsabilidades de cada órgão do Banco Inter envolvido:

#### **1. Conjunta: Conselho de Administração, Comitês, CEO, Vice-Presidência e CRO:**

- i. Compreender, de forma abrangente e integrada, os riscos que podem impactar o capital e a liquidez;
- ii. Entender as limitações das informações constantes dos reportes relativos ao gerenciamento de riscos e de capital;
- iii. Garantir que o conteúdo da RAS seja observado;
- iv. Entender as limitações e incertezas relacionadas à avaliação dos riscos, aos modelos, mesmo quando desenvolvidos por terceiros, e às metodologias utilizadas na estrutura de gerenciamento;
- v. Assegurar a cada gestor o entendimento da Matriz de Riscos sob sua responsabilidade e exigir o seu contínuo monitoramento;
- vi. Aprovar e revisar anualmente as políticas e estratégias da Companhia para gestão de riscos; e
- vii. Propor estratégias e estruturas voltadas à gestão de riscos.

#### **2. Conjunta: Conselho de Administração, e Vice-Presidência:**

- i. Fixar os níveis de apetite por riscos na RAS e revisá-los periodicamente, com auxílio da Diretoria de Riscos;
- ii. Aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual, as políticas, as estratégias e os limites de gerenciamento de risco e capital;
- iii. Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital;
- iv. Autorizar, quando necessário, exceções às atividades definidas nas políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- vi. Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos da Companhia;

### 3. *Chief Risk Officer (CRO):*

- i. Não desempenhar funções ou qualquer outra atividade de negócios da Companhia que possa configurar conflitos de interesse;
- ii. Exercer suas atribuições de maneira independente;
- iii. Supervisionar o desenvolvimento e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- iv. Garantir a adequação à RAS e aos objetivos estratégicos da Companhia, das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos utilizados no gerenciamento de riscos;
- v. Garantir a adequada capacitação dos integrantes da unidade específica de gestão de riscos acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros;
- vi. Participar efetivamente no processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e, quando aplicável, ao gerenciamento de capital, auxiliando o conselho de administração; e
- vii. Propor estratégias e estruturas voltadas à gestão de riscos.

### 4. Vice-Presidências

- i. Aprovar e revisar: políticas relacionadas ao gerenciamento de riscos e capital; plano de contingência de liquidez; plano de contingência de capital; plano de capital
- ii. Assegurar a aderência do Inter às políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos
- iii. Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e capital
- iv. Promover a disseminação de cultura de gerenciamento de riscos no Inter
- v. Supervisionar a observância, pela diretoria do Inter, dos termos da RAS.

### 5. Comitês de Riscos

- i. Propor, sempre que necessário, a aprovação e revisão das políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos;
- ii. Propor anualmente a fixação e revisão dos níveis de apetite por riscos da Companhia;
- iii. Assegurar a aderência da Companhia às políticas, estratégias e limites de gerenciamento de riscos;
- iv. Aprovar alterações significativas, em decorrência dos riscos nas políticas e estratégias da Companhia, bem como em seus sistemas, rotinas e procedimentos;
- v. Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na Companhia;
- vi. Avaliar adequação dos níveis de apetite por riscos fixados na RAS e as estratégias para o seu gerenciamento, considerando os riscos individualmente e de forma integrada; e
- vii. Avaliar o grau de aderência dos processos da estrutura de gerenciamento de riscos às políticas estabelecidas.

### 6. Compliance, PLD/CFT e Controles Internos

- i. Elaborar, propor e manter atualizadas, no mínimo anualmente, as políticas, normas e metodologias cabíveis;

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

- ii. Propor estratégias e estruturas voltadas à gestão de riscos e encaminhá-las para avaliação do Comitê de Riscos;
- iii. Avaliar e propor a aquisição de sistemas adequados à gestão de riscos;
- iv. Apresentar ao Comitê de Riscos os riscos críticos envolvidos em cada macroprocesso, processo, sub processo e atividade depois de mapeados pela área de gestão de riscos;
- v. Garantir a aderência e conformidade da Companhia com as normas, leis e regulamentos aplicáveis;
- vi. Implementar, manter e divulgar o processo estruturado de comunicação corporativa interna e externamente;
- vii. Fazer a gestão efetiva do risco apontando as deficiências e recomendando ações de controles que possam mitigá-los;
- viii. Acompanhar junto às empresas e áreas da Companhia a implementação das recomendações de controles; e
- ix. Acompanhar os trabalhos das auditorias interna, externa, e dos reguladores, garantindo que os apontamentos, quando pertinentes, sejam tratados e os riscos envolvidos mitigados.

### 7. Auditoria Interna

- i. Avaliar a adequação dos sistemas, rotinas e procedimentos de gerenciamento dos riscos; e
- ii. Avaliar as metodologias utilizadas, premissas e o desempenho da gestão de riscos.

### 8. Tesouraria

- i. Propor estratégias e estruturas voltadas à gestão de riscos de mercado e liquidez, quando aplicável.

### 9. Demais áreas do Inter

- i. Avaliação de riscos dos itens identificados relacionados a novos produtos e serviços, modificações relevantes nos produtos e serviços existentes, mudanças significativas em processos, sistemas, operações e modelo de negócio do Inter, reorganizações societárias significativas e alterações nas perspectivas macroeconômicas.
- ii. Reportar a Diretoria de Riscos todas as situações relacionadas a perdas.

### c. a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura organizacional do Grupo Inter possui atribuições definidas e governança estabelecida, com participação da alta administração do Grupo Inter, o que a torna compatível com a complexidade dos produtos, com a natureza das operações e a dimensão de exposição a riscos. Acreditamos que a estrutura de gestão de riscos do Grupo Inter é adequada para a verificação da efetividade do seu gerenciamento de riscos.

O Grupo Inter utiliza um modelo operacional fundamentado nas Três Linhas de Defesa, visando designar responsabilidades de forma coordenada e cooperativa entre os envolvidos, de modo que as ações ocorram de forma sistêmica e complementar, buscando a maximização dos resultados e minimização de falhas e desperdício de recursos.

A primeira linha de defesa é composta pelas áreas de negócios, os gestores devem gerenciar os riscos inerentes de sua área de atuação com propriedade sobre eles. Além disso, devem se responsabilizar por implementar ações corretivas para resolver deficiências em processos e controles.

## 5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O gestor deve ser o primeiro responsável por manter os controles internos eficazes e conduzir procedimentos de segurança com a frequência adequada.

Na segunda linha de defesa estão as funções de gerenciamento de risco, conformidade, controle e fiscalização, para ajudar a desenvolver e monitorar os controles da primeira linha de defesa. Essas funções, além de ajudarem na monitoração dos controles da primeira linha, também servem para assessorar, monitorar e contribuir para a implementação das práticas de gestão de riscos.

Na terceira linha, a auditoria interna tem a função de avaliar e informar a eficácia da governança, do gerenciamento de riscos e controles internos, incluindo a forma como a primeira e segunda linhas de defesa alcançam os objetivos em relação ao gerenciamento de riscos e controles. Os auditores internos são responsáveis por fornecer ao órgão de governança e a alta administração, avaliações objetivas e abrangentes, com o maior nível de independência dentro da organização.

As políticas e práticas adotadas pelas áreas que compõem a Gestão Integrada de Riscos estão contempladas no escopo da Auditoria Interna com relação às informações de gestão de riscos que constam nas demonstrações financeiras da Companhia, bem como na visão de Compliance.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

**a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las**

As práticas e estrutura de controles internos adotadas pelo Banco Inter são adequadas ao seu porte e complexidade, e visam garantir o atendimento à legislação e regulamentos aplicáveis, sendo vigentes a todas as empresas do Grupo.

Como parte integrante dos mecanismos de Governança Corporativa, a Gerência Executiva de Riscos Operacionais e Controles Internos do Banco Inter atua de acordo com as atribuições da segunda linha de defesa, identificando oportunidades e propondo a adoção consistente de procedimentos de controle que mitiguem os riscos.

A metodologia de gestão do sistema de controles internos está baseada, mas não se limita, no modelo de estrutura integrada de controles internos, proposta pelo COSO (Comitê das Organizações Patrocinadoras da Comissão Treadway).

Essa metodologia, amplamente utilizada, relaciona os componentes da estrutura de controles internos aos objetivos e níveis organizacionais, à luz de suas linhas de defesa.

É realizada, periodicamente, a aplicação de RCSA – Risk Control Self Assessment, autoavaliação de riscos e controles, direcionado a todas as áreas do Inter para coletar informações a respeito de eventuais deficiências com o intuito de complementar os exames efetuados.

No âmbito de atuação da Gerência Executiva de Riscos Operacionais e Controles Internos do Banco Inter também são compreendidas as práticas de Gestão de Continuidade de Negócios e Gestão de Crises, bem como a Gestão do Risco Social, Ambiental e Climático.

Considerando o histórico de inexistência de deficiências relevantes identificadas nas demonstrações financeiras, o Banco Inter considera como adequado o grau de eficiência dos seus controles existentes.

Cabe ressaltar que o Banco Inter vem realizando significativos investimentos e melhorias contínuas nos processos que suportam a emissão de suas Demonstrações Financeiras para garantir com segurança razoável os seus registros e integrações contábeis.

**b. as estruturas organizacionais envolvidas**

As áreas envolvidas com os trabalhos de verificação e monitoramento de controles internos do Banco Inter são diretamente ligadas ao Conselho de Administração, garantindo a independência de sua atuação.

Vale destacar que a área de Compliance do Banco Inter foi reestruturada ao final de 2020, e atualmente faz parte da Diretoria Jurídica, de Operações Corporativas e Compliance, sendo que a área de PLD/CFT e a área de Controles Internos fazem parte da Diretoria de Riscos e Controles Internos.

***Compliance, PLD/CFT e Controles Internos***

- i Manter altos padrões de integridade e valores de conduta e ética, por intermédio da disseminação de cultura que enfatize e demonstre para todos os colaboradores do Grupo Inter a importância dos Controles Internos.



## 5.2 Descrição dos controles internos

- ii Garantir estrutura de Controles Internos que conduza à compreensão dos principais riscos decorrentes de fatores internos e externos incorridos pelo Grupo Inter, com vistas a assegurar que sejam identificados, avaliados, monitorados, controlados e testados de forma eficiente e eficaz.
- iii Manter registros gerenciais de Controles Internos alinhado com as melhores práticas que deverá periodicamente ser revisado e atualizado, a fim de que eventuais deficiências identificadas sejam pronta e integralmente corrigidas, garantindo sua efetividade.
- iv Alinhar a estrutura gerencial de Controles Internos às metas estabelecidas pelo Grupo Inter e à revisão periódica das estratégias e das políticas instituídas.
- v Assegurar a existência de atribuição de responsabilidade e de delegação de autoridade, observando a estrutura hierárquica estabelecida pelo Grupo Inter, garantindo a apropriada segregação de funções, de modo a eliminar atribuições de responsabilidades conflitantes, assim como reduzir e monitorar, com a devida independência requerida, potenciais conflitos de interesses existentes nas áreas.
- vi Apoiar a gestão de recursos financeiros, patrimoniais, tecnológicos e humanos para garantir que as metas do Grupo Inter sejam atingidas.
- vii Promover a atuação efetiva e independente das Auditorias Interna e Externa sobre os Controles Internos em processos chaves e críticos do Grupo Inter.
- viii Atender as demandas enviadas pelos órgãos reguladores.
- ix Promover, executar e monitorar de forma independente e objetiva as atividades, gerando fluxos de informações sobre os processos do Grupo Inter, possibilitando agregar valor e melhorar a qualidade das operações, garantindo a elaboração de relatórios sobre a situação dos Controles Internos, a serem apreciados e aprovados semestralmente pelo Conselho de Administração.

### ***Auditoria Interna***

A área de Auditoria Interna é uma área de atuação independente com reporte ao Comitê de Auditoria, que tem por objetivo promover, por meio de suas atividades, a melhoria contínua dos processos, o monitoramento do ambiente de controles internos e prover de informações a alta direção. São responsabilidades da Auditoria Inter, entre outras:

- i Analisar e tratar as demandas apresentadas pelo Comitê de Auditoria;
- ii Analisar e tratar as demandas apresentadas por Órgãos Reguladores;
- iii Elaborar e executar o plano anual de auditoria interna; e
- iv Monitorar as atividades operacionais da Companhia e reportar as inconformidades encontradas para o Comitê de Auditoria.

As informações geradas pelas áreas citadas acima, bem como nos apontamentos apresentados nos trabalhos emitidos pelos órgãos reguladores e verificações sobre a efetividade dos controles realizados pelas áreas em suas atividades, devem estar em conformidade com as normas internas, sendo estes trabalhos unificados em um relatório anual de Controles Internos, que registra o acompanhamento das ações realizadas pelas áreas gestoras dos assuntos sobre os apontamentos identificados nos trabalhos supracitados.

O Comitê de Auditoria do Banco Inter acompanha as ações realizadas pelas áreas dos pontos identificados pelos trabalhos da Auditoria Interna e Externa e dos órgãos reguladores, registrado em ata e deliberando sobre a efetividade das ações realizadas para mitigação destes pontos e propondo novas medidas para garantir a efetividade do processo de mitigação dos riscos.

## 5.2 Descrição dos controles internos

**c. se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento**

Em 2023, os responsáveis pelas áreas citadas no item 5.2.b deste Formulário de Referência foram os Diretores de Riscos, Compliance, Crédito, Controladoria e Auditoria Interna.

A efetividade dos trabalhos realizados por controles internos é acompanhada e registrada pelos comitês de assessoramento ao Conselho de Administração.

Em relação à supervisão, o Inter entende que um ambiente de controle efetivo é formado mediante a participação de todos os colaboradores, independentemente de função ou posição hierárquica. Adicionalmente, todos os gestores têm o papel de disseminar as regras, políticas, e normas do Grupo Inter para seus colaboradores, além de seus 5 pilares: simplicidade, transparência, experiência, segurança e parceria.

**d. [deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente]**

Aos Acionistas, Conselho de Administração e Gestão

Inter & Co, Inc.:

Opinião sobre o Controle Interno da Informação Financeira

Auditamos o controle interno da informação financeira da Inter & Co, Inc. e suas subsidiárias (a "Companhia") em 31 de dezembro de 2023, com base em critérios estabelecidos no Internal Control – Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission. Em nossa opinião, devido aos efeitos das deficiências materiais descritas abaixo no alcance dos objetivos dos critérios de controle, a Companhia não manteve controle interno efetivo da informação financeira em 31 de dezembro de 2023, com base em critérios estabelecidos no Internal Control – Integrated Framework (2013) emitido pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission.

Também auditamos, de acordo com as normas da Public Company Accounting Oversight Board (PCAOB) dos Estados Unidos, os balanços patrimoniais consolidados da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as demonstrações consolidadas de resultados e de abrangentes resultados do exercício, fluxos de caixa consolidados e mutações do patrimônio líquido para cada um dos exercícios fiscais do período de três anos encerrado naquela data, e as respectivas notas explicativas (coletivamente, as demonstrações financeiras consolidadas), e nosso relatório datado de 30 de abril de 2024 expressou uma opinião sem ressalvas sobre essas demonstrações financeiras consolidadas.

Uma deficiência material é uma falta, ou combinação de faltas, no controle interno da informação financeira, tal que exista uma possibilidade razoável de que uma distorção relevante nas demonstrações financeiras anuais ou intermediárias da companhia não seja prevenida ou detectada em tempo hábil. Deficiências materiais foram identificadas e incluídas na avaliação da diretoria relacionadas ao ambiente de controle, avaliação de riscos, informações e comunicações e monitoramento do controle interno da informação financeira, resultando em controles gerais de tecnologia da informação inefetivos, controles no nível de processos manuais e controles sobre a precisão e integridade das informações utilizadas nos controles. Essas deficiências materiais foram consideradas na determinação da natureza, época e extensão dos testes de auditoria aplicados em nossa auditoria das demonstrações financeiras consolidadas de 2023, e este relatório não afeta nosso relatório sobre aquelas demonstrações financeiras consolidadas.

## 5.2 Descrição dos controles internos

### Fundamento para Opinião

A administração da Companhia é responsável pela manutenção do controle interno efetivo da informação financeira e por sua avaliação quanto à sua efetividade, conforme descrito no Relatório Anual de Gerenciamento sobre o Controle Interno da Informação Financeira. Nossa responsabilidade é expressar uma opinião sobre o controle interno da informação financeira da Companhia com base em nossa auditoria. Somos uma empresa de auditoria registrada na PCAOB e somos obrigados a ser independentes em relação à Companhia de acordo com as leis federais de valores mobiliários dos Estados Unidos e as regras e regulamentações aplicáveis da Securities and Exchange Commission e da PCAOB.

Conduzimos nossa auditoria de acordo com as normas da PCAOB. Essas normas requerem que planejem e executemos a auditoria para obter segurança razoável sobre se o controle interno da informação financeira foi mantido, em todos os aspectos relevantes. Nossa auditoria do controle interno da informação financeira incluiu a obtenção de conhecimento sobre o controle interno da informação financeira, avaliação do risco de que uma deficiência material exista, e testes e avaliação da concepção e eficácia operacional dos controles internos com base no risco avaliado. Nossa auditoria também incluiu a realização de outros procedimentos que consideramos necessários nas circunstâncias. Acreditamos que nossa auditoria fornece uma base razoável para nossa opinião.

### Definição e Limitações do Controle Interno da Informação Financeira

O controle interno da informação financeira de uma companhia é um processo projetado para fornecer segurança razoável quanto à confiabilidade da informação financeira e à preparação das demonstrações financeiras para fins externos, de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos. O controle interno da informação financeira de uma companhia inclui políticas e procedimentos que (1) dizem respeito à manutenção de registros que, de forma razoável, reflitam precisamente e de maneira justa as transações e destinações dos ativos da companhia; (2) fornecem segurança razoável de que as transações sejam registradas conforme necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras em conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos, e que os recebimentos e pagamentos da companhia estejam sendo realizados apenas de acordo com autorizações da administração e dos diretores da companhia; e (3) fornecem segurança razoável quanto à prevenção ou detecção tempestiva de aquisição, uso ou destinação não autorizados dos ativos da companhia que possam ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Devido a suas limitações inerentes, o controle interno da informação financeira pode não prevenir ou detectar distorções. Além disso, projeções de qualquer avaliação de efetividade para períodos futuros estão sujeitas ao risco de que os controles possam se tornar inadequados devido a mudanças em condições ou à degradação do grau de cumprimento das políticas ou procedimentos.

/s/ KPMG Auditores Independentes Ltda.

Belo Horizonte, MG, Brasil

30 de abril de 2024

### **e. comentários dos diretores sobre as deficiências apontadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas**

Nossa administração é responsável por estabelecer e manter um controle interno efetivo sobre a informação financeira, conforme definido no Artigo 13a-15(f) da Lei das Bolsas de Valores. Nosso controle interno sobre a informação financeira é projetado para fornecer uma garantia significativa à nossa administração e conselho de administração quanto à preparação e apresentação justa das demonstrações financeiras publicadas. Devido às suas limitações inerentes, o controle interno sobre a informação financeira pode não prevenir ou detectar distorções.

## 5.2 Descrição dos controles internos

Nossa administração, com a participação do Diretor Presidente e Diretor Financeiro, sob a supervisão do nosso Conselho de Administração, avaliou a eficácia do nosso controle interno sobre a informação financeira em 31 de dezembro de 2023. Ao fazer essa avaliação, a administração utilizou os critérios estabelecidos pelo Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission no Internal Control - Integrated Framework (2013), ou COSO 2013. Com base nessa avaliação, a administração acredita que, em 31 de dezembro de 2023, nosso controle interno sobre a informação financeira não era efetivo com base nesses critérios, devido às deficiências materiais.

Em conformidade com o parecer dos auditores de nossa firma de auditoria independente, que expressou uma opinião adversa, nossa administração identificou deficiências materiais relacionadas ao ambiente de controle, avaliação de riscos, informações e comunicação, e monitoramento do controle interno sobre a informação financeira, o que resultou em controles gerais de tecnologia da informação ineficazes, controles manuais em nível de processos e controles sobre a precisão e integridade das informações utilizadas nos controles. Esperamos abordar essas deficiências materiais por meio do plano de remediação.

Conforme discutido abaixo, planejamos adotar medidas que irão melhorar nosso controle interno sobre a informação financeira, mas não podemos garantir que nossos esforços serão eficazes. Levando em consideração as deficiências materiais descritas abaixo, a administração realizou análises adicionais e outros procedimentos para garantir que nossas demonstrações financeiras consolidadas fossem preparadas de acordo com as IFRS. Nesse sentido, a administração acredita que as demonstrações financeiras consolidadas apresentam, em todos os aspectos relevantes, nossa posição financeira, resultados operacionais e fluxos de caixa conforme apresentados e pelos períodos apresentados, de acordo com as IFRS.

### 5.3 Programa de integridade

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar

**a. se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

*i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas*

Adotamos um Código de Conduta e Ética aplicável aos nossos conselheiros, diretores, funcionários, acionistas, fornecedores, parceiros de negócios e prestadores de serviços. O Código abrange diversas questões, incluindo a gestão de conflitos de interesse, doações e patrocínios, privacidade e segurança da informação, prevenção à lavagem de dinheiro, prevenção de fraudes, suborno e corrupção, presentes e gratificações, além de outras diretrizes corporativas, como negociação com informações privilegiadas e padrões de igualdade de oportunidades e não discriminação. Todos os nossos funcionários e diretores devem ler e aceitar os termos do nosso Código quando iniciam seu emprego ou são eleitos, conforme aplicável. Também informamos a cada um de nossos colaboradores sobre quaisquer alterações em nosso Código de Conduta e Ética. Com o objetivo de garantir que todos os nossos colaboradores estejam familiarizados com nosso Código, oferecemos sessões de treinamento relacionadas aos tópicos abordados pelo Código a cada 12 meses e os submetemos a um teste que exige uma pontuação mínima de 70% para ser aprovado.

Em 2023, não concedemos nenhuma isenção, incluindo isenções implícitas, de uma disposição de nosso Código de Conduta e Ética a nenhum de nossos diretores ou executivos.

Nosso canal de denúncias está aberto tanto para o público em geral como para nossos funcionários e é operado por um prestador de serviços terceirizado. Utilizamos um provedor independente porque valorizamos o anonimato dos denunciadores e não toleramos qualquer discriminação ou retaliação contra eles.

Todos os relatórios recebidos por meio do nosso canal de denúncias são revisados e investigados por nosso departamento de conformidade. A investigação busca apurar o que aconteceu, protegendo a identidade tanto do denunciante quanto das pessoas envolvidas em qualquer alegação de conduta antiética. Uma vez concluídos, os relatórios de investigação são compartilhados com o Comitê de Ética do Inter. Sempre que necessário, de acordo com as particularidades de cada caso, a conformidade pode envolver o Comitê de Ética para avaliar a questão e recomendar a aplicação de penalidades ou outras ações.

Em 2023, não recebemos denúncias relacionadas a corrupção em nosso canal de denúncias.

O Programa de Conformidade do Inter foi estabelecido por meio de um conjunto de diretrizes e iniciativas apoiadas nos pilares de prevenção, detecção e resposta a quaisquer ações inadequadas ou antiéticas, atos prejudiciais ou não conformidade com leis, regulamentos e normas internas, que possam prejudicar os ativos, a reputação e/ou imagem da empresa, seus investidores, clientes e demais partes interessadas. O primeiro pilar, "prevenir", auxilia no treinamento do pessoal envolvido na empresa e na resolução antecipada de possíveis riscos ao nosso Código de Conduta e Ética, por meio de avaliações de risco de conformidade, do Código de Conduta, de políticas de conformidade e de sistemas de comunicação e treinamento. Além disso, o pilar de "detectar" é orientado por três sistemas integrados de due diligence de terceiros, monitoramento, testes e canal de ética, que procuram ativamente possíveis inadequações. Por fim, temos o pilar "responder", no qual, por meio de relatórios, gerenciamento de não conformidades e investigações internas, podemos responder e resolver os problemas com eficiência. Em cada um desses pilares, temos atividades que devem ser cumpridas para alcançar a plenitude desses princípios.

## 5.3 Programa de integridade

*ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes*

O Banco Inter adota controles internos para o monitoramento da eficiência de seus procedimentos de verificação de integridade. Participam dessas atividades o Conselho de Administração, a Diretoria e a Área de *Compliance*.

Dentro da estrutura organizacional do Banco Inter, seus comitês estatutários, a Diretoria e a Área de *Compliance* reportam-se diretamente ao Conselho de Administração.

Considerando apenas o gerenciamento dos riscos de integridade, segue abaixo a descrição das competências de cada um dos órgãos/estruturas do Grupo Inter envolvidos no processo:

### Conselho de Administração

Analisar os reportes e relatórios encaminhados pelos comitês e pela Diretoria da Companhia a respeito dos riscos de integridade identificados, definindo as diretrizes a serem observadas para o seu tratamento e mitigação, bem como determinando as providências a serem tomadas pela Diretoria da Companhia em relação aos fatos e colaboradores envolvidos.

### Comitê de Riscos e Comitê de Auditoria

Os Comitês de Riscos e de Auditoria desempenham papéis críticos no gerenciamento de riscos e no monitoramento da adequação dos processos de controle interno de uma organização.

O Comitê de Riscos é responsável por supervisionar e avaliar a eficácia do sistema de gerenciamento de riscos da organização. Isso envolve a identificação, avaliação e mitigação dos riscos que podem impactar os objetivos estratégicos, operacionais e financeiros da empresa. O Comitê de Riscos também monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gerenciamento de riscos, bem como a eficácia das ações corretivas implementadas.

O Comitê de Auditoria, por sua vez, é responsável por supervisionar e garantir a integridade e adequação das demonstrações financeiras da organização. Isso inclui revisar e monitorar os processos de controle interno, bem como a conformidade com as leis, regulamentos e políticas aplicáveis. O Comitê de Auditoria também avalia a eficácia do trabalho da auditoria interna e externa, assegurando a independência e a objetividade dessas funções.

### Comitê de Ética

Compete ao Comitê de Ética:

- i. Definir e formalizar os níveis de penalidade referente a eventual desvio de conduta ética, englobando colaboradores internos ou externos;
- ii. Receber periodicamente um sumário das denúncias recebidas pelo Canal de Ética ou diretamente por membros do Comitê de Ética;
- iii. Analisar as denúncias recebidas no Canal de Ética;
- iv. Avaliar a classificação e tratativa sugerida pela área de People to Business;
- v. Avaliar e deliberar sobre eventuais medidas disciplinares para os casos de desvio de conduta;
- vi. Em casos de infrações e violações graves recomendar planos de ação preventivos e corretivos; e
- vii. Avaliar e deliberar o encerramento aos casos reportados no Canal de Ética.

### Diretoria de Compliance

### 5.3 Programa de integridade

Compete à Diretoria de Compliance:

- i. colocar em prática o plano estratégico, elaborar e implementar todos os processos operacionais e financeiros, inclusive os relacionados ao compliance, à gestão de riscos e à comunicação com o mercado e demais partes interessadas;
- ii. assegurar que a organização esteja em conformidade com os dispositivos legais e normativos internos a que está submetida;
- iii. liderar pelo exemplo, reforçando o tom a ser seguido pela organização, reafirmando o compromisso com a integridade e incentivando o cumprimento das normas internas, leis e dispositivos regulatórios a que a organização está sujeita;
- iv. em conjunto com o Conselho de Administração, a Diretoria deve passar a mensagem de que as normas internas, leis e regulamentos aplicáveis devem ser observados por todos;
- v. aprovar a matriz de riscos de compliance, assegurando que o mapeamento regulatório e todas as atualizações sejam contemplados; e
- vi. garantir também que as medidas disciplinares apropriadas sejam aplicadas nos casos de violação do Código de Conduta e Ética.

#### Área de Compliance

Compete à Área de Compliance:

- i. coordenar o Canal de Ética;
  - ii. discutir o grau de exposição e evolução dos riscos de compliance;
  - iii. conscientizar a organização sobre a aderência aos princípios éticos, normas de conduta e obrigações aplicáveis, liderando o processo de disseminação da cultura de compliance;
  - iv. executar o monitoramento integrado das atividades de compliance;
  - v. colaborar na elaboração de um plano de treinamento para todos os colaboradores e partes interessadas;
  - vi. coordenar as iniciativas de comunicação voltadas para disseminar o tema pela organização;
  - vii. garantir a realização de controles e testes para verificar a aderência às políticas e aos procedimentos da organização;
  - viii. colaborar no processo de investigação de irregularidades, com amplo acesso a documentos e informações de diferentes áreas da organização, de acordo com a política aprovada pelo Conselho de Administração;
  - ix. conduzir entrevistas de compliance, quando aplicável, e demandado pelo Comitê de Compliance;
  - x. sugerir, em conjunto com o Comitê de Ética, a aplicação de sanções previstas na política de consequências; e
  - xi. assegurar que as sanções determinadas sejam aplicadas.
- iii. *se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:*
- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados

## 5.3 Programa de integridade

O Código de Conduta e Ética é aplicável a todos os membros dos órgãos da Administração (Presidente, Vice-Presidente, diretores, diretores executivos, conselheiros e membros de comitês), colaboradores, estagiários da Companhia e de suas controladas, bem como a seus fornecedores e prestadores de serviços e parceiros de negócios. O Código de Conduta e Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em 25 de outubro de 2021 e passou a ter eficácia em 20 de junho de 2022. Desde então, o Código é revisado periodicamente para garantir sua atualização contínua.

- *as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas*

Nos casos em que houver violação ou suspeita de violação de qualquer dos dispositivos do Código de Conduta e Ética da Companhia, o Comitê de Ética será acionado, e avaliará os fatos apresentados, aplicando, conforme o caso, as medidas disciplinares abaixo, previstas no Código de Conduta e Ética, em qualquer ordem, dependendo da gravidade da situação: (a) advertência por escrito; (b) suspensão; (c) demissão/desligamento; (d) exclusão do fornecedor ou prestador de serviços; e/ou (e) ajuizamento de ações judiciais cabíveis.

- *órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado*

A última versão do Código de Conduta e Ética do Banco Inter foi aprovada pelo seu Conselho de Administração em outubro de 2023, e está disponível para consulta nos websites da CVM ([www.gov.br/cvm](http://www.gov.br/cvm)), da B3 ([www.b3.com.br](http://www.b3.com.br)) e do Banco Inter (<https://investors.inter.co/governanca-corporativa/estrutura-de-governanca-inter-co/>).

### **b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:**

#### *i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros*

O Canal de Ética do Banco Inter é terceirizado. O canal de comunicação está disponível em site interno e externo e telefone nos idiomas português e inglês, conforme descrito abaixo:

- (i) Internet: Pelo site <https://canaldedenuncia.bancointer.com.br/>, o denunciante redige incidente em formato texto, podendo incluir arquivos (documentos, fotos e vídeos, por exemplo) com o objetivo de enriquecer seu relato. O canal está disponível 24 horas, 7 dias por semana.
- (ii) Telefone: Atendimento pelo telefone 0800-887-0077, o denunciante conversa com profissional da empresa especializada. O canal está disponível 24 horas, 7 dias por semana.

#### *ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados*

Conforme descrito acima, o canal de denúncia está disponível para o público interno/externo.

#### *iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciante de boa-fé*

O Canal de Ética é terceirizado e garante a confidencialidade do autor do relato, do denunciado e daqueles que participarem da investigação sobre a violação relatada, bem como do conteúdo das denúncias. O Grupo Inter não tolera qualquer discriminação ou retaliação contra denunciante que, de boa-fé, tenham comunicado violações e suspeitas de violações, ainda que sua denúncia se prove infundada.

#### *(iii) órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias*



### 5.3 Programa de integridade

A partir da detecção de indícios da ocorrência de atos de “não conformidade” legal e/ou corporativa, inicia-se uma investigação interna, que servirá como base para que sejam tomadas as providências cabíveis. O procedimento visa a apuração de irregularidades nos processos internos e de denúncias de fraudes, corrupção, conflitos de interesse e demais riscos à reputação, imagem e integridade do Grupo Inter.

A área responsável pelo processo de apuração das denúncias e situações levantadas é o *Compliance*, que poderá contar com o apoio de outras áreas do Banco Inter, tais como *PLD* e *People to Business*.

A investigação é baseada na confidencialidade, imparcialidade e sigilo, garantindo a proteção do denunciante e do denunciado.

**c. número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas.**

Não houve, nos três últimos exercícios sociais, quaisquer casos confirmados de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública envolvendo os casos investigados pela Companhia.

**d. caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Item não aplicável, tendo em vista que a Companhia apresenta normativos, conforme indicados acima, que tratam sobre o tema.

## 5.4 Alterações significativas

**Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos:**

No último exercício social não houve alterações significativas nos principais riscos a que a Companhia está exposta, tampouco na política de gerenciamento de riscos adotada.

## 5.5 Outras informações relevantes

**Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes:**

Não existem outras informações consideradas relevantes além daquelas divulgadas nos itens anteriores.